



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

MARIA ELIZABETH DE CASTRO

**OS ASSENTADOS – LAVRADORES DO SÉCULO XXI:
ASSENTAMENTO TIRACANGA LOGRADOURO EM CANINDÉ,
CEARÁ, BRASIL (2007 - 2008)**

**FORTALEZA
2009**

MARIA ELIZABETH DE CASTRO

OS ASSENTADOS – LAVRADORES DO SÉCULO XXI: ASSENTAMENTO
TIRACANGA LOGRADOURO EM CANINDÉ, CEARÁ, BRASIL (2007 -
2008)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

FORTALEZA
2009

C 355a Castro, Maria Elizabeth de.

Os assentados – lavradores do século XXI: assentamento
Tiracanga logradouro em Canindé, Ceará, Brasil (2007 – 2008) /
Maria Elizabeth de Castro. Fortaleza, 2009. 109 p. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho
Pinheiro.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) –
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e
Tecnologia.

MARIA ELIZABETH DE CASTRO

OS ASSENTADOS – LAVRADORES DO SÉCULO XXI: ASSENTAMENTO
TIRACANGA LOGRADOURO EM CANINDÉ, CEARÁ, BRASIL (2007 -
2008)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Aprovado em: 01 / 06 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará - UECE
(orientador)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof^a. Dr^a. Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter possibilitado a concretização desta pesquisa.

Aos meus pais, Jaime e Stela, pelo carinho e apoio.

Ao Cleiber, meu marido, que, desde o início, soube ser companheiro e entender os momentos difíceis e ajudar a vencê-los.

Ao meu orientador, professor Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, pela compreensão nos momentos necessários e pelas contribuições para realização deste trabalho.

Ao professor Jose Levi Furtado Sampaio, pelo incentivo e por ter sido responsável pelos momentos iniciais de iniciação à pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro fornecido.

Aos assentados do assentamento Tiracanga Logradouro, pela colaboração; em especial, à Antonieta, pela ajuda e acolhida em sua casa durante a pesquisa de campo.

“Se a meta principal de um capitão fosse preservar seu barco, ele o conservaria no porto para sempre.”

Santo Tomás de Aquino

RESUMO

No Brasil, a demanda por terras sempre indicou um problema grave, a concentração fundiária. Além dessa concentração, o país registra uma das mais elevadas taxas de concentração de renda do mundo. Quando se analisa a situação do estado do Ceará, em comparação com estados da região Nordeste e do Brasil, de acordo com a escala de medição do índice de Gini do ano de 2000, verifica-se forte concentração de terra. O município de Canindé, localizado neste estado, é reflexo dessa problemática, uma vez que foi palco de inúmeras lutas por terra e ainda apresenta persistente concentração. Um dos cenários de luta foi a Fazenda Tiracanga Logradouro, com uma área de 2.440 ha, foi desapropriada por interesse social pelo INCRA, no dia 27 de dezembro de 1989. Dista 18 km em relação à sede do município e 120 km à Fortaleza. Possui como principal via de acesso a BR-020. Possui 62 famílias cadastradas. A presente pesquisa é um estudo de caso e objetiva compreender o assentamento Tiracanga Logradouro a partir do estudo do seu socioambiente, lutas pela posse das terras, múltiplos territórios e sentimento de pertencimento ao lugar. Visando à operacionalização da pesquisa, a metodologia constou das seguintes etapas: levantamento bibliográfico fundamental à construção da base teórica; exame de documentos e trabalho de campo, que permitiu aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas. As anotações realizadas no diário de campo e a observação direta na tentativa de obter detalhes sobre a vida das famílias no assentamento, além de alguns registros fotográficos, foram imprescindíveis para auxiliar a compreensão do objeto. O estudo revelou, quanto às estratégias de organização, que o assentamento conta com dois grupos de mulheres, dois grupos de jovens e duas associações rurais. Segundo relatos dos assentados, o trabalho desempenhado pelas associações rurais é considerado satisfatório. Foram constatadas dificuldades enfrentadas como: falta de emprego; infraestrutura adequada para realizar atividade agropecuária, base da produção do assentamento; Programa de Saúde da Família (PSF), dentre outros. Contudo, observou-se que, mesmo com esses problemas apontados, os assentados expressam sentimento de pertencimento ao lugar e têm esperança de alcançar melhores condições de vida para o Tiracanga Logradouro, que é o símbolo de trabalho, família e vida.

Palavras-chave: Assentamento. Canindé. Lugar.

ABSTRACT

In Brazil, the demand for land always indicated a serious problem, the concentration of land ownership. Beyond this concentration, the country registered one of the highest rates of concentration of wealth in the world. When analyzing the situation of the state of Ceará, in comparison with states of the Northeast and Brazil, according to the scale of measurement of the Gini index, in 2000, found high concentration of land. The municipality of Canindé, located in this state, is a reflection of this problem, because it was the scene of many struggles for land and still has persistent concentration. One scenario was to fight the Finance Tiracanga Logradouro, with an area of 2,440 ha, was expropriated by INCRA through social interest, on 27 December 1989. Displays distance of 18 Km on the seat of the city and 120 km of Fortaleza. It has as main access route of the BR - 020. Has 62 registered families. This research is a case study and aims to understand the settlement Tiracanga Logradouro from the study of their social, struggle for possession of lands, territories and multiple sense of belonging to place. Aimed at the operationalization of the research methodology consisted of the following steps, namely: bibliographic key to building the theoretical basis, examination of documents and the fieldwork that enabled application of questionnaires and semi-structured. The notes taken in a field diary and direct observation in an attempt to obtain details about the lives of families in the settlement, and some photographic records were essential to help the understanding of the object. The study revealed how the strategies of organization that the settlement has two groups of women, two groups of rural youth and two associations. According to the settlers, the work played by rural associations is considered satisfactory. Difficulties were noted as: lack of employment, adequate infrastructure to carry out agricultural activities, the production base of the settlement, the Family Health Program - PSF and so on. However, it was observed that even with these problems, the settlers express a sense of belonging to place and are hoping to achieve better living conditions for the Tiracanga street addresses that is a symbol of work, family and life.

Keywords: Settlement. Canindé. Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa básico do estado do Ceará.....	21
Figura 2	Delimitação do semiárido brasileiro	25
Figura 3	Classificação do semiárido cearense	27
Figura 4	Climas do Ceará	30
Figura 5	Açude do assentamento	31
Figura 6	Vegetação arbustiva	32
Figura 7	Solo do assentamento	34
Figura 8	Carvão vegetal.....	35
Figura 9	Queimada.....	35
Figura 10	Canteiro de hortaliças	36
Figura 11	Plantação de milho e criação de galinha.....	36
Figura 12	Carneiros sem definição de raça	37
Figura 13	Escola do assentamento	38
Figura 14	Casa sede da fazenda Tiracanga.....	39
Figura 15	Nascente do rio.....	40
Figura 16	Queimada.....	76
Figura 17	Construção de casa de sementes	80
Figura 18	Casa de alvenaria.....	81
Figura 19	Plantio de bananas	82
Figura 20	Dança do grupo de jovens.....	85
Figura 21	Fogão à lenha	87
Figura 22	Plantas frutíferas.....	89

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Índice de Gini (1995 – 2007)	59
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Concentração fundiária no Brasil por tamanho da propriedade, área ocupada e percentagem de imóveis, 2003.....	44
Tabela 2: Evolução do Índice de Gini	50
Tabela 3: Caracterização do grupo coletivo, associação e cooperativa	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupamentos de atividade do trabalho principal.....	55
Quadro 2: Ocupação da atividade agrícola	56
Quadro 3: Ocupação no campo	56
Quadro 4: Média de anos de estudo no Brasil	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAT	Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
MAG	Mestrado Acadêmico em Geografia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem-Terra
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSF	Programa Saúde da Família
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	17
2.1 O marco teórico.....	17
2.2 As técnicas de pesquisa e fontes.....	19
2.3 Caracterização de Tiracanga Logradouro	20
3 A TERRA DOS SERTÕES DE CANINDÉ	24
3.1 O ambiente semiárido de Canindé, Ceará.....	24
3.2 O socioambiente de Tiracanga Logradouro.....	31
4 O AMBIENTE SOCIAL DE INJUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO BRASIL.....	43
4.1 Posse da terra	45
4.2 Trabalho, práticas agrícolas e crédito	53
4.3 Saúde, educação e rendimentos	57
4.4 A luta pela posse da terra de Tiracanga Logradouro em Canindé, Ceará	60
4.5 A luta pela criação do assentamento Tiracanga Logradouro.....	61
5 OS TERRITÓRIOS DE TIRACANGA LOGRADOURO	66
5.1 Do Lugar ao Território	66
5.2 Os múltiplos Territórios: apresentando o cenário	69
5.3 O Lugar no Tiracanga: o sentimento de pertencimento ao lugar.....	82
5.4 O mundo vivido do Tiracanga	85

6 CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE	98

1 INTRODUÇÃO

No Ceará, Nordeste do Brasil, a concentração fundiária histórica é semelhante à do resto do país. Com uma agravante: o regime de chuvas e as secas. Uma das tentativas de solução dessa injustiça socioambiental consiste nas políticas públicas de reforma agrária por meio do assentamento rural.

A missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009) foi adjudicada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado por decreto (Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970) durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março 1974). O INCRA era a entidade que deveria operar o *Estatuto da Terra* (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964), legislação promulgada pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco (presidente do Brasil de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967).

O professor José Levi Furtado Sampaio, entre outros autores, escreve, em *Análise da estrutura fundiária do Território do Sertão Central – Ceará* (2005), que, até o ano de 2003, o estado do Ceará possuía 303 assentamentos sob responsabilidade do INCRA, somando uma área de 684.804 hectares, distribuídos entre 16.310 famílias, que contabilizam uma população de 81.550 pessoas. Parte dessas terras está situada no Território dos Sertões de Canindé. É nesse território que se localizam os municípios com maior número de assentamentos rurais no estado, com destaque para os municípios de Canindé e Madalena.

Uma das reações institucionais à concentração da propriedade fundiária e às ocupações de propriedades rurais é o assentamento (a literatura internacional chama de *settlement*) Tiracanga Logradouro, o objeto desta pesquisa. Ele é um dos 48 assentamentos rurais cadastrado pelo INCRA em Canindé (CE).

Francisco Amaro Alencar (2000) descreve assentamento a partir da ideia de lugar. Que é o assentamento? É o lugar do assentado, onde ele vive o dia a dia, tem o seu modo de vida, como o vaivém da labuta dos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa “fiada” do compadre e da comadre à “boquinha da noite”. Enfim, o assentado apropria-se do assentamento, e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação.

Essas tradições culturais anteriormente descritas são o mundo vivido (*lebenswelt*) do assentamento (CORETH, 1985), o lugar (BACHELARD, 1979; TUAN, 1983), a

experiência socioespacial. A comunidade dos assentados de Tiracanga Logradouro é o caso deste estudo.

Portanto, com a pesquisa, tenta-se responder à pergunta: qual a relação entre o sentido de lugar, expresso pelo sentimento de pertencimento ao assentamento Tiracanga Logradouro e as experiências vivenciadas no cotidiano, e as das manifestações da cultura no mundo vivido?

À investigação interessa: a questão da subsistência das famílias, estratégias de organização e as manifestações culturais, as experiências vivenciadas no cotidiano e qualquer evento que possibilite compreender e interpretar o sentido de pertencimento a terra.

Noutras palavras, o objetivo geral da pesquisa é: compreender o assentamento Tiracanga Logradouro a partir do estudo de seu socioambiente, das lutas pela posse da terra, dos múltiplos territórios e do sentimento de pertencimento ao lugar.

Apresentará como objetivos específicos: a) descrever o socioambiente de Tiracanga Logradouro; b) descrever as lutas pela posse da terra de Tiracanga Logradouro; c) conhecer os múltiplos territórios de Tiracanga Logradouro; d) entender o sentimento de pertencimento ao lugar.

Há uma presunção humanista que traduz os objetivos. Se o assentado que vive no assentamento de Tiracanga Logradouro possui sentimento de pertencimento, então manifestará apreço pela terra, interessar-se-á em defender o assentamento como seu lugar, interpretá-lo-á como local de vida digna e feliz.

A corrente humanista da Geografia privilegia, em suas pesquisas, o recorte espacial de lugar. Daí, ter-se optado pela Geografia Humanística Cultural para orientar esta pesquisa, pois consiste em uma das correntes do pensamento geográfico que discute a existência de relações entre espaço e cultura. Paul Claval (2007), Milton Santos (2000), Yi-Fu Tuan (1983), entre outros, são estudiosos dessa corrente teórica. Ela possui base filosófica ligada à fenomenologia e ao existencialismo (BACHELARD, 2000; CORETH, 1985; SARTRE, **ANO**). Esses estudos geográficos investigam da dinâmica das relações espaciais à interpretação do cotidiano, além da presença da subjetividade.

Há três descritores principais que orientam a pesquisa e a narrativa: a) lugar (BACHELARD, 2000; TUAN, 1983); b) território (HAESBAERT, 1999; RAFFESTIN, 1993; SPOSITO, 2004) e c) mundo vivido (CORETH, 1985).

A pesquisa estruturar-se-á na seguinte sequência:

Começa por *Os procedimentos da pesquisa*. O objetivo é relatar como métodos e técnicas desta investigação foram organizados. Tudo de forma muito simples. Tenta-se

descrever o que foi feito e os desafios da pesquisa. Não se deseja discutir epistemologia nem entrar em debates sobre os métodos. Parafraseando Descartes (1987), só se deseja a apresentação do método utilizado.

Em *A terra dos sertões de Canindé*, caracteriza-se o ambiente semiárido de Canindé, Ceará, Brasil. Nesse sentido, inicialmente, far-se-á breve descrição do ambiente geográfico semiárido da região supracitada. Em seguida, apresentar-se-á o socioambiente de Tiracanga Logradouro.

Em *As lutas pela posse das terras de Tiracanga Logradouro*, descreve-se o ambiente social de injustiça distributiva no Brasil, Ceará e Canindé, ressaltando a questão da posse de terra, do trabalho, do crédito, das práticas agrícolas, da educação, da saúde e dos rendimentos. Em seguida, far-se-á a descrição das lutas pela posse da fazenda Tiracanga Logradouro, descrevendo como foi o início da colonização.

Por fim, em *Os territórios de Tiracanga e o sentimento de pertencimento ao lugar*, narra-se como os territórios foram defendidos pela comunidade assentada e descreve-se o sentido de pertença a terra expresso pelas relações mantidas, no cotidiano, entre as famílias.

2 OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os métodos e técnicas desta pesquisa foram organizados de forma muito simples, tentando descrever o que foi feito e os desafios da pesquisa. Não se deseja discutir epistemologia nem entrar em debates sobre os métodos. Parafraseando Descartes (1987), só se deseja a apresentação do método utilizado.

2.1 O marco teórico

Na concepção do geógrafo francês Claude Raffestin (1993), entende-se território como a manifestação espacial do poder fundamental em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas.

Nessa perspectiva, o conceito de território contribuirá de maneira significativa para se entender o sentimento de posse pela terra manifestado pelos assentados nas relações estabelecidas no cotidiano da comunidade.

Lugar (*mon coin*) é um dos conceitos-chave da Geografia. Possui significado a partir do momento em que este passa a ser componente da construção do mundo vivido do assentado. Sobre o lugar se encontra o território desse assentamento.

Yi-Fu Tuan (1983), na introdução de *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, questiona o que seria o lugar e o que lhe daria identidade e aura. Como ponto de partida, afirma ser os lugares: centros aos quais se atribui valor, local de satisfação das necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação.

Contribuindo de forma significativa para este trabalho, Tuan (1983) mostra como o lugar (do viver, da morada, do trabalho etc) se torna importante para a constituição do sentido do lugar.

Compreender o sentido do lugar (TUAN, 1983) como mundo vivido (CORETH, 1985) do assentamento Tiracanga Logradouro é conhecer, na intimidade, as relações de reciprocidade construídas no cotidiano, que se constitui em elo entre as famílias e contribui

para o fortalecimento do sentimento de coletividade. Porém, esse território só será efetivamente território para os agentes participantes dessa relação social (RAFFESTIN, 1993).

A relevância do conceito de lugar é revelada a partir da expressão do sentimento de pertencimento à terra e, desse modo, indica o sentido de identidade. Nessa perspectiva, assumem essa terra como seu *locus* e, mais do que isso, consideram-na como único lugar capaz de proporcionar felicidade, traduzida pela conquista da terra, e certa liberdade para nela habitar.

A liberdade não é completa porque faltam melhores condições socioeconômicas que possibilitem avanços sociais e, por conseguinte, melhoria na qualidade de vida das famílias.

Paul Claval (2007), em sua obra *Geografia cultural*, mostra como as relações que a sociedade estabelece com o espaço, território e lugar podem contribuir de maneira relevante para a construção da identidade dessa formação social como um lugar onde se vive.

Gaston Bachelard (2000), em *Poética do espaço*, chama atenção para o fato de que no cotidiano sempre se elege um espaço íntimo, onde se pode sentir acolhimento e proteção.

A manifestação cultural no assentamento dá-se, principalmente, pelos festejos promovidos pelo grupo de jovens, como no festejo de São Francisco. As festas ocorrem na escola e contam com expressiva participação da comunidade.

Para se entender a importância das festas no cotidiano da comunidade, colaborará Pinheiro (2005) ao afirmar que:

[...] “o fenômeno festivo no Brasil poderia ser explicado com base no modelo antropológico que o insere em formas de reiteração e negação, ao mesmo tempo, da organização social”, e nesse contexto enfatiza colocando que há “momentos em que haveria uma seleção de elementos a serem festejados (relembrados) e outros a serem relegados ao esquecimento”. (PINHEIRO, 2005, p. 1).

Mircea Eliade (1992 apud PINHEIRO, 2005) acredita ser possível que, dentro do homem conscientemente não religioso, existissem conservadas marcas inconscientes de um passado em que a religião desempenhou papel central nas ações humanas. No assentamento Tiracanga Logradouro, após convívio com a comunidade, percebe-se que a religião é uma característica marcante. A maioria das famílias do assentamento festejam, com muita alegria, as novenas de São Francisco, que acontecem entre os dias 26 de setembro e 04 de outubro.

A pesquisa torna-se relevante quando descreve o sentimento de pertencimento dos assentados ao lugar. Dessa forma, mostra a importância da identidade que estes expressam em relação à terra e a todas as questões que lhes são pertinentes como: direito a produção, trabalho, família, vida etc.

Há muitos pesquisadores estudando o socioambiente de assentamento rural em Canindé (CE) ou em outras regiões do semiárido cearense. Destacam-se dois deles por conta de identificação, e não por desmerecimento de outros: Francisco Amaro Gomes de Alencar (2002, 2005) e Jose Levi Furtado Sampaio (2006).

Outros trabalhos monográficos foram fontes teóricas e de dados secundários importantes. Paulo Roberto Fontes Barquete (1995) *Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana*; Elane Maria de Castro Coutinho (2004), *Reforma agrária, sustentabilidade e território: há territorialidade no assentamento Grossos no Ceará?*; Paulo Roberto Fontes Barquete (2003), *O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-CE*.

2.2 As técnicas de pesquisa e fontes

O presente trabalho consiste em um estudo de caso. Este se constitui num procedimento utilizado quando se deseja selecionar apenas um objeto de pesquisa, visando a obter grande quantidade de informações sobre o fato escolhido, resultando no aprofundamento dos seus aspectos (MATOS, 2006).

À pesquisa foi imprescindível o aproveitamento das anotações no diário de campo e a observação direta na tentativa de obter detalhes sobre a vida das famílias no assentamento, além de alguns registros fotográficos para auxiliar a compreensão do objeto.

O campo realizou-se em duas etapas. Na primeira etapa, no mês de junho de 2008, estabeleceu-se contato com a comunidade do assentamento a fim de explicar os objetivos da pesquisa e o porquê da importância da colaboração dos assentados para a concretização da investigação.

Nessa ocasião, aplicaram-se doze questionários contendo perguntas abertas e fechadas. Todas as pessoas que responderam ao questionário se mostraram bastante receptivas e desejosas em ajudar na construção do trabalho de dissertação. A segunda etapa ocorreu no

mês de janeiro de 2009, possibilitou realizar entrevistas semiestruturadas e observar, com maior profundidade, o mundo vivido das famílias.

A documentação oral foi construída enfatizando o conhecimento da história do assentamento, do período em que houve a ocupação da fazenda Tiracanga Logradouro aos dias atuais.

Nesse sentido, escolheu-se a assentada Antônia Antonieta Santana da Silva, membro da Associação dos Trabalhadores Rurais de Tiracanga II e secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, para ser entrevistada. Ela foi informada sobre o conteúdo da entrevista semiestruturada que iria responder. Após conhecer os objetivos da entrevista, aceitou, prontamente, colaborar com a pesquisa.

Segundo Matos (2006), as técnicas de coleta e de análise de dados constituem recursos disponíveis ao pesquisador, a fim de facilitar seu caminho investigativo e imprimir caráter de objetividade ao trabalho. Vale ressaltar que, na tentativa de operacionalização da pesquisa, estabeleceram-se as seguintes etapas: levantamento bibliográfico visando ao aprofundamento do referencial teórico; exame de documentos; e trabalho de campo.

As fontes documentais foram: a) Plano de Desenvolvimento do Assentamento Tiracanga Logradouro (ACACE, 2006); b) Plano de Desenvolvimento e Recuperação do Assentamento Tiracanga Logradouro, PDA-PRA (MDA, 2005); c) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS – Território dos Sertões de Canindé (2005); e d) Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial – MDA-SDT – assentamentos em foco nos Sertões de Canindé (MDA, 2006).

2.3 Caracterização de Tiracanga Logradouro

A área da pesquisa localiza-se no município de Canindé, conforme Figura 1. Possui, como unidade temporal, os anos de 2007 e 2008. O colonizador branco desse município era Francisco Xavier de Medeiros, fazendeiro de grandes posses e detentor de terras situadas às margens do rio Canindé. Esse fazendeiro misto se empenhou na povoação desse reduto no ano de 1775. Inicialmente construiu uma capela cujo patrimônio guarda a chancela desse benemérito fazendeiro e cujo orago dedicou-se a São Francisco. (PDA, 2006)

No que diz respeito ao patrimônio eclesiástico, destacam-se, também, a Fazenda São Pedro (casarão construído por escravos em arquitetura colonial), a Basílica de São Francisco (1915), a Igreja de Nossa Senhora das Dores, o Convento de São Francisco, o Mercado Público, o Museu Regional de Canindé (PDA, 2006).

O município de Canindé apresenta área de 3.205,4 km², com altitude de 149,73 m e coordenadas geográficas de latitude 4° 21' e longitude 39° 18'. Localiza-se na microrregião de Canindé e mesorregião sul cearense. Limita-se a norte com o município de Caridade, a sul com os municípios de Itatira, Quixadá e Madalena, a leste com os municípios de Aratuba e Itapiúna, a oeste com o município de Santa Quitéria. Seus distritos são: Ubiraçu, Targinos, Bonito, Esperança, Ipueira dos Gomes, Monte Alegre e Capitão Sampaio.

Como atrativos naturais, apresenta a serra do Tamanduá, serrote Amargoso, rio Curu, rio Canindé, açude Souza e açude São Mateus. De acordo com o IBGE (2007), a população total de Canindé é de 73.878 mil habitantes, sendo 44.392 mil na zona urbana e 29.486 mil na zona rural.

A rede de saúde do município é mantida pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESP), pelo Posto de Saúde de Salitre e pelo Centro de Saúde de Canindé. Na agência regional do IPEC, existe uma clínica médica. O município também possui mais doze unidades de saúde.

A economia de Canindé baseia-se nas culturas de subsistência, especialmente milho e feijão, além de banana e mamona. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos e aves. O município possui como principais eventos realizados: Festa de São Francisco das Chagas, 26 de setembro a 4 de outubro; Novenário de Natal, dezembro; Perdão de Assis, 2 de agosto; Independência do Brasil, 7 de setembro (PDA, 2006).

O principal acesso ao assentamento Tiracanga Logradouro – distrito de Targino, Canindé – é uma estrada carroçável que fica paralela a BR-020, estrada que liga o município de Canindé à cidade de Fortaleza.

O primeiro contato estabelecido com a comunidade do assentamento Tiracanga Logradouro ocorreu no ano de 2005, por conta da realização da pesquisa intitulada *Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial MDA/SDT: assentamentos em foco nos sertões de Canindé*. Os organizadores da pesquisa eram o professor doutor José Levi Sampaio, a professora doutora Kelma Socorro Lopes e a professora mestra Eliana Costa Guerra. Na presente pesquisa, atuava como estagiária do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA).

No trabalho de campo, adotou-se como procedimento metodológico que cada professor ficaria com um estagiário em um dos assentamentos. No Tiracanga Logradouro, ficaram o professor José Levi Sampaio e eu durante dois dias. Vale frisar que esse momento foi bastante rico de aprendizagem para mim, pois estava iniciando minha trajetória como pesquisadora.

Durante o trabalho de campo, visitaram-se casas de famílias, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os assentados. Dessa forma, entrou-se em contato com a realidade da comunidade. Esse contato possibilitou conhecer/analisar, de uma forma geral, o assentamento Tiracanga Logradouro.

No período da graduação, agora como bolsista do CNPq, eu tinha como orientador o professor doutor José Levi Sampaio. Durante esse período, redigi trabalhos científicos que foram apresentados em encontros de pesquisa e pós-graduação (CEFET, UFC, UECE e UNIFOR) sobre o tema da organização social do assentamento Tiracanga Logradouro.

Quando ingressei como aluna no Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE no ano de 2007, escrevi um projeto de pesquisa tendo como foco o assentamento Tiracanga Logradouro. O orientador da pesquisa foi o professor doutor Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro. Nessa investigação, o objetivo era compreender o mundo vivido do assentamento e o sentimento de pertencimento a terra.

No mês de junho de 2008, retornei ao assentamento Tiracanga Logradouro para realizar um novo trabalho de campo. Nessa ocasião, apliquei questionários e fui acompanhada pela assentada Antonieta.

No mês de janeiro de 2009, realizei nova pesquisa de campo. Nela, foi possível realizar novas entrevistas semiestruturadas e conhecer mais profundamente o mundo vivido do assentamento. Vale ressaltar que obtive informações valiosas para a concretização da pesquisa.

3 TERRA DOS SERTÕES DE CANINDÉ

3.1 O ambiente semiárido de Canindé, Ceará, Brasil

Este capítulo objetiva discutir, de forma breve, o ambiente geográfico semiárido do Brasil, Ceará e Canindé.

O semiárido do Brasil foi delimitado a partir de um trabalho da EMBRAPA (1991) e compreende o conjunto de suas unidades geoambientais, onde ocorre vegetação dos diferentes tipos de caatinga para outros ecossistemas. A adoção desse critério fitoecológico fundamenta-se nos trabalhos de Maior (1951), Bertrand (1971), Tricart (1977) e Tricart e Killiam (1979). Dos trabalhos desses autores, conclui-se que a vegetação é uma expressão do clima, bem como de outros fatores geoambientais representados pelo relevo, material de origem e pelos organismos, numa interação que ocorre ao longo do tempo e que resulta, também, na determinação de todo o quadro natural (SOUZA, 1996).

O semiárido brasileiro ocupa uma área que se estende pela maior parte dos estados da região Nordeste (86,48%), pela região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e pelo norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 km², abrangendo 1.133 municípios do território brasileiro, englobando cerca de 21 milhões de habitantes e representando cerca de 11% da população brasileira (SILVA, 2006).

A área de semiárido compreende o conjunto de suas unidades geoambientais, onde ocorre vegetação do tipo xerófila, adaptada para as condições climáticas que a região semiárida exige. Apresenta revestimento baixo de vegetação arbustivo-arbórea ou arbóreo-arbustiva e, muito raramente, arbórea, comportando folhas miúdas e hastes espinhentas adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração intensa. Plantas como o mandacaru (*Cereus Giganteus Engelm*), o xique-xique (*Crotalaria Incana L.*), dentre outras, são algumas das formas florísticas que podem ser encontradas na região semiárida.

O semiárido brasileiro (ver Figura 2), segundo Ab'Saber (1999, 2003 apud SILVA, 2006, p. 15), é, entre as regiões semiáridas, a mais homogênea. Vale destacar que, apesar dessa homogeneidade, percebem-se diferenças que são visíveis no espaço geográfico nordestino, tais como: a modificação do ambiente vegetal semiárido, que vai da vegetação xerófila para a hiperxerófila, modificando de acordo com a gradação do clima; áreas que são verdadeiros “oásis” no semiárido, como as regiões da bacia do São Francisco e do Parnaíba, onde se colhem produtos para o mercado externo; e áreas que sofrem com o fenômeno da seca.

Figura 2 – Delimitação do semiárido brasileiro



Fonte: Ministério da Integração, 2006.

O regime de temperatura mantém regularidade, já que a quase totalidade da área é submetida a médias térmicas superiores a 18°C, com a temperatura média do mês mais quente sendo menos 5°C mais alta do que o mês menos quente, configurando o caráter de clima quente ou megatérmico do tipo isotérmico. As precipitações, por outro lado, mesmo na área submetida à semiaridez, exibem quadros variados, sendo expressivos na área litorânea e nos enclaves úmidos (serras, chapadas e planaltos).

Em regra, no semiárido, as precipitações anuais estão entre 400-800 mm, variando, também, as épocas de início e de fim da estação chuvosa. Prevalecem, entretanto, as chuvas de verão/outono.

O regime de chuvas na área apresenta outra característica marcante. Trata-se da grande variação que se manifesta tanto na distribuição das precipitações ao longo da estação chuvosa, como nos totais anuais de precipitação entre diferentes anos numa mesma localidade ao longo da história. Há anos em que as chuvas se concentram num curto período da estação chuvosa. Em outros, a precipitação anual alcança valores bem abaixo da média, o que é característico dos chamados anos de “seca”.

A geomorfologia do semiárido caracteriza-se por um processo de erosão superior ao processo de deposição. Caracteriza-se por duas feições oriundas, principalmente, dos processos de erosão e intemperismo físico: a depressão sertaneja e os maciços residuais.

A depressão sertaneja foi produto do intemperismo e da erosão ocorrida nessa região desde o período pré-cambriano até os dias atuais. Tal fato mostra o caráter de desgaste da região que, por estar distante dos dobramentos modernos, onde ocorrem os processos internos da Terra (tectonismo e vulcanismo), encontra-se em processo de pediplanação.

Os maciços residuais são resultado de um processo de erosão diferenciada na crosta terrestre. Conseguiram manter-se na superfície com um menor grau de desgaste, mantendo-se elevados e constituindo uma espécie de “ilha de umidade”, pois são nessas áreas que são encontradas as maiores precipitações na região sertaneja.

Além das vulnerabilidades climáticas do semiárido, os recursos hídricos caminham para a insuficiência ou apresentam elevados índices de poluição, o que torna a situação ainda mais séria em virtude de a água ser o fator crítico do semiárido – primeiro, porque é o limitador da ocupação humana; segundo, porque é inibidor das atividades produtivas.

O Nordeste Brasileiro (NEB), segundo a regionalização oficial do país, tem coordenadas compreendidas entre 1° e 18°30' de latitude S; e 34°30' e 48°20' de longitude W. A região ocupa uma área de 1.556 mil km², abrange nove estados – Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Sergipe (SE), Alagoas (AL) e Bahia (BA) – contendo a totalidade do semiárido do país (SOUZA, 1996, p. 3).

De acordo com Souza (1996), no contexto intertropical do território brasileiro, o NEB é a região que possui a maior diversidade de quadros naturais. A área delimitada pelo polígono das secas abrange cerca de 950.000 km², ou seja, 58% do espaço do NEB (ANDRADE, 1977 apud SOUZA, s/d)

O semiárido nordestino fica situado em posição marginal relativamente aos ambientes de climas áridos e semiáridos tropicais e subtropicais do globo. Segundo Ab'Saber (1974), os climas sertanejos do NEB constituem exceção em relação aos climas zonais peculiares às faixas de latitude similares (SOUZA, s/d).

O clima nordestino é, predominantemente, tropical em razão da proximidade com a linha do equador e da presença de relevo (barlavento), que dificulta a dispersão da umidade para outras áreas, contribuindo, assim, para a formação do clima semiárido na região central. O clima semiárido (ver Figura 3) é caracterizado pela presença de altas temperaturas e chuvas

do tipo torrenciais durante a fase chuvosa, distribuídas de forma irregular durante o ano. As chuvas são mais concentradas no litoral e nos enclaves úmidos, enquanto o sertão possui uma pluviometria média inferior a 700 mm anuais.

Figura 3 – Classificação do semiárido cearense



Fonte: <http://www.sertaovivo.ce.gov.br>

Quanto ao aspecto geológico, encontra-se no NEB desde os terrenos do embasamento cristalino, que representam metade de seu território, às bacias sedimentares páleo-mesozóicas, além das faixas de deposição cenozóica (SOUZA, 1996).

No que tange ao aspecto geomorfológico, a compartimentação topográfica regional expressa, além das evidências da estrutura geológica, os reflexos de superfícies de aplainamento escalonadas e dos processos morfodinâmicos recentes. Há primazia das superfícies rebaixadas interplanálticas, que constituem as depressões sertanejas, com ocorrência esparsa de níveis residuais (SOUZA, 1996).

Sobre os recursos hidrológicos de superfície e de subsuperfície, deve-se salientar que estes refletem o quadro morfoestrutural e climático. Na área do embasamento cristalino, há grande densidade e frequência de cursos d'água intermitentes sazonais e pequeno potencial de águas subsuperficiais. Nas áreas sedimentares, a pequena frequência de rios é compensada pelo elevado potencial das águas subterrâneas (SOUZA, 1996).

Sobre os solos, Souza (1996, p.7-9) ressalta que:

O mosaico de solos assume grande variação e apresenta maior fertilidade natural em áreas calcárias, de embasamento cristalino e nas faixas de deposição aluvial. Nas coberturas areníticas dos planaltos sedimentares a fertilidade natural dos solos é baixa. Os recursos minerais são deficientemente explorados, embora, em alguns casos, a produção regional tenha grande participação na produção extrativa do País. Neste contexto regional, sobressai o componente que melhor reflete o quadro eco-geográfico regional, a cobertura vegetal das caatingas, que ostenta, também, variados padrões fisionômicos e florísticos. (SOUZA, 1996, p.7-9).

De acordo com Souza (1988, p.73), no estado do Ceará, existem as seguintes unidades morfoestruturais: a) domínio dos depósitos sedimentares cenozoicos: planícies e terraços fluviais; formas litorâneas e tabuleiros; b) domínio das bacias sedimentares paleo-mesozoicas: chapada do Araripe, chapada do Apodi e planalto da Ibiapaba/Serra Grande; c) domínio dos escudos e dos maciços antigos: planaltos residuais e depressões sertanejas.

Segundo Souza (1988, p. 89), as depressões sertanejas estão “[...] situadas em níveis altimétricos inferiores a 400 m, englobando cerca de 100.000 km², quase 70% do território estadual. Dispõem-se na periferia dos grandes planaltos sedimentares ou embutidas entre estes e os maciços residuais”. São marcadas por topografias planas ou levemente onduladas quando os níveis altimétricos têm altitudes médias entre 130 m e 150 m. Nas altitudes superiores a 300 m, a dissecação é mais evidente isolando interflúvios de feições colinosas, tabuliformes ou lombadas.

As litologias que as compõem são representadas tanto por rochas dos complexos migmatítico-granítico e gnáissico-migmatítico, como do grupo Ceará. Além disso, acrescentam-se as litologias de pequenas bacias, como as Jaibaras e Iguatu – Rio do Peixe. Apesar da complexidade litológica, as depressões sertanejas compõem superfícies de aplainamento onde o trabalho erosivo truncou, indistintamente, os mais variados tipos de rochas.

Esse fato não invalida o trabalho de erosão diferencial, destacando rochas mais resistentes, rebaixando ou dissecando os setores de litologias tenras. Campos de “inselbergs”,

como os de Quixadá e Irauçuba, cristas quartzíticas dispersas pelos sertões e maciços sertanejos rebaixados constituem exemplos da ação seletiva dos processos degradacionais.

A morfologia das depressões sertanejas expõe por meio dos pedimentos que se inclinam deste a base dos maciços residuais, dos planaltos sedimentares e dos “inselbergs”. O caimento topográfico é feito no sentido dos fundos dos vales e do litoral. São submetidos, durante a maior parte do ano, às deficiências hídricas, responsáveis pela dispersão das caatingas.

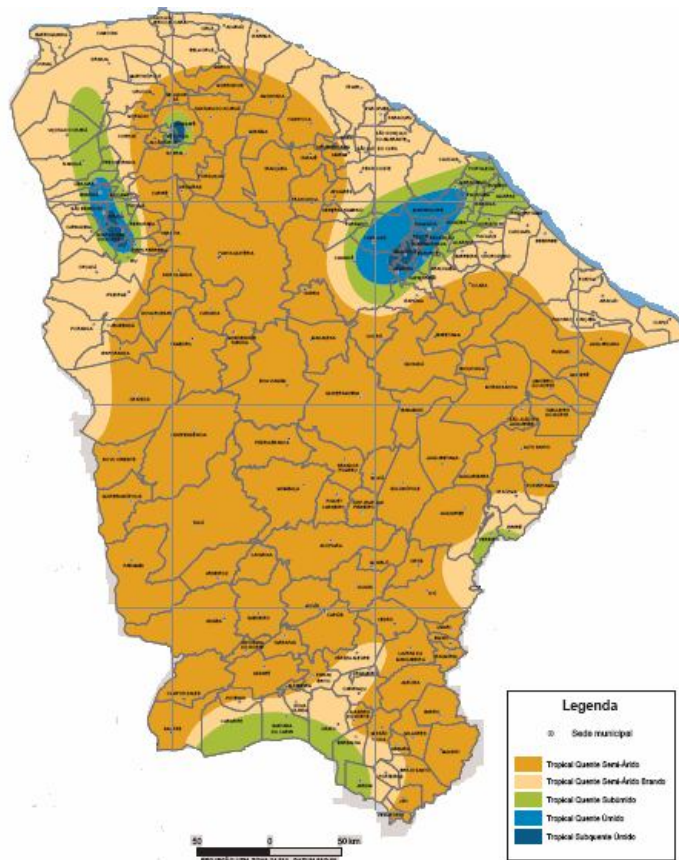
Souza (1988) destacou as seguintes peculiaridades das depressões sertanejas: acentuadas variações litológicas; truncamento indistinto das litologias por processos de morfogênese mecânica; revestimento generalizado por caatingas que possuem pequena capacidade para deter ou atenuar a ação de desgaste; pequenos enclaves de cerrados das bacias sedimentares; pequena espessura do manto de alteração das rochas; ocorrência frequente de pavimentos e paleopavimentos; deficiente capacidade de erosão linear devido à intermitência sazonal dos cursos d’água, justificando a pequena amplitude altimétrica entre os interflúvios e os fundos de vales; ocorrência dispersa de “inselbergs” e cristas residuais nos setores de maior resistência; desenvolvimento de áreas de acumulação inundáveis à jusante das rampas pedimentadas.

O município de Canindé, no semiárido cearense, está localizado na porção centro-norte do estado do Ceará entre as coordenadas 4°21’32”, na latitude Sul, e 39°18’42”, na longitude Oeste, com a sede municipal situada a uma altitude de 149,5 m. O histórico de uso e exploração inadequada da terra, aliados às próprias condições ambientais pouco favoráveis condicionadas pela semiaridez, contribuem para a degradação de seus recursos naturais.

Em proporção menor, destaca-se, no território, a presença de planícies e terraços fluviais pertencentes ao rio Curu e ao rio Canindé.

O regime pluviométrico do município de Canindé é caracterizado pela irregularidade em virtude de estar submetido à acentuada semiaridez. Dessa forma, apresenta precipitações escassas e concentradas. Caracteriza-se, também, por temperaturas elevadas ao longo do ano, alcançando média de 27°C., ver Figura 4.

Figura 4 – Climas do Ceará



Fonte: IPECE, 2006.

De acordo com Oliveira (2004), esses aspectos climáticos, ao incidirem numa elevada taxa de evapo-transpiração, contribuem para ocorrência do grande *déficit* hídrico superficial, que marca a intermitência sazonal dos cursos d'água.

De forma geral, os solos são rasos, com fases pedregosas, apresentam aspecto relevante de rochiosidade. No entanto, são relativamente férteis, utilizados de forma expressiva para agricultura de subsistência, cultivo de algodão e pecuária extensiva, principalmente gado bovino. Porém, em decorrência de extenuante uso da terra mediante práticas agropastoris tradicionais, apresentam grandes evidências de degradação dos solos, com os horizontes mais superficiais perdendo espessura. Associado a esse fenômeno, observam-se processos erosivos naturais OLIVEIRA (2004, p. 3).

Oliveira (2004) enfatiza afirmando:

Em resposta da integração dessas condições ambientais agressivas, se estabeleceu uma cobertura vegetal xerófila, representada pelas Caatingas que bem se adaptaram à escassez hídrica, dada a semi-aridez do clima regional, ocupando uma extensa área territorial. Vale destacar que outras unidades fitoecológicas de menor expressão na paisagem, porém encontram-se tão degradadas quanto à caatinga, em decorrência do extrativismo vegetal e desmatamentos para o preparo de áreas de pastagens e lavouras. (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

3.2 O socioambiente de Tiracanga Logradouro

O Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, PDA, Tiracanga Logradouro (2006) apresenta o diagnóstico do meio natural. No que se refere aos recursos hídricos, o assentamento Tiracanga Logradouro conta com três açudes (ver Figura 5) de médio porte, com capacidades suficientes para acúmulo e abastecimento d'água ao assentamento por um período de dois anos. Isso ocorrerá, é claro, se houver a recuperação de suas infraestruturas atuais. O poço profundo, por exemplo, não tem sido utilizado atualmente pelos assentados devido a problemas de manutenção de peças.

A rede de drenagem é constituída pelos riachos Feijão, Maracajá, Pau d'Arco, que representam condições de represamento ao longo de seus cursos. Inexistem rios ou riachos perenes no assentamento.

Figura 5 – Açude do assentamento



Fonte: CASTRO, 2009.

A cobertura vegetal é caracterizada pela caatinga hiperxerófila. Na quase totalidade da área, existe uma vegetação secundária, eminentemente arbustiva. Em terras de vegetação natural, podem ser identificadas, ainda, as seguintes formações vegetais: a) floresta caducifólia – ocorre nas partes mais elevadas, onde existe clima mais úmido; caracteriza-se pela presença de espécies, predominantemente arbóreas, que perdem totalmente as folhas durante a época seca; b) floresta hiperxerófila (ver Figura 6) – ocupa quase toda a área do assentamento, é uma formação arbórea, arbustiva, com predominância da formação arbustiva; tem como característica principal a caducidade foliar.

Essas espécies são, em grande parte, espinhentas e de pequeno porte. A caatinga apresenta variações no que se refere à sua densidade, parte e número de arbustos, o que reflete a influência das condições edafo-climáticas.

Figura 6 – Vegetação arbustiva



Fonte: CASTRO, 2009.

Com os sucessivos desmatamentos realizados no assentamento ao longo dos anos, a cobertura vegetal primitiva foi substituída por outra secundária. No entanto, identificaram-

se algumas espécies da cobertura vegetal primária como: pau branco, marmeleiro, mandacaru, catingueira, jurema, angico, sabiá e outros, assim como variedades lenho-espinhosas, que guardam estreita relação com as condições do solo e umidade, características estas próprias da caatinga hiperxerófila. O Assentamento Tiracanga possui 70% da área composta de vegetação secundária conservada.

Nas áreas desmatadas e em capoeiras, apresenta, também, cobertura vegetal constituída por gramíneas, dentre as quais as vulgarmente denominadas: milha, capim panasco, carrapicho, capim cacho, capim mimoso.

A fauna encontrada no Assentamento Tiracanga é diversa, com várias espécies de animais quadrúpedes e aves. Como, por exemplo: tatu, peba, cascavel, jiboia, jararaca, beija-flor, garça branca, juriti, anu preto, morcego. Quanto à fauna silvestre, destacam-se as seguintes espécies: peba-tatu (*Euphractus Sexcintus*), tatu-bola (*Tolypeutes Tricintus*), preá (*Galea Spixii Spixi*), furão (*Mustela Pretorius Furo*), porco-caititu (*Tayassu Pecari*), gato-maracujá (*Felis Vulpes*), rolinha-caldo de feijão (*Columbina Talpacoti*), pardal (*Passer Domesticus*).

A área demarcada para Preservação Permanente do Assentamento Tiracanga está situada ao longo de pequenos riachos e rios e encontra-se preservada. A água acumulada durante o período chuvoso em açudes é utilizada para o consumo humano, animal e para a irrigação de pequenas plantações de hortaliças, enquanto que a água armazenada nas cisternas é utilizada para beber.

A área destinada para reserva legal do assentamento está baseada na determinação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), ou seja, 20% da área total do imóvel destinam-se à preservação da flora e fauna do assentamento. Essa área corresponde a 300 ha.

Quanto ao clima, de acordo com a classificação de Köppen, o clima é tipo BSW' h – clima quente e semiárido, em que a estação chuvosa se atrasa para o outono e, segundo Gaussen, é 4 bth. A pluviosidade possui média anual de 700 mm.

Quanto às potencialidades e limitações dos recursos naturais e da situação ambiental do assentamento, vale destacar que o solo predominante é classificado como Bruno não cálcico (Luvisolo Crômico Órtico). Ele se caracteriza por ser raso, pouco profundo, tipicamente dos sertões de Canindé, por apresentar rochas na superfície (ver Figura 8) e por ser importante na região para os cultivos de feijão, milho e pastagem nativa. Também existem solos litólitos eutróficos (Neossolo Litólitos), com textura arenosa média e aluviais (Neossolos Flúvicos). Os assentados classificam estes solos como: arisco branco com pedregulho, barro vermelho, croas.

Figura 7 – Solo do assentamento



Fonte: CASTRO, 2009.

Os sistemas agrícolas tradicionais, em geral, são orientados para uma produção de subsistência, com pouca ou até nenhuma utilização de insumos modernos, como fertilizantes ou agrotóxicos. É a chamada agricultura de enxada, intensamente praticada no sertão nordestino, principalmente pelos pequenos agricultores descapitalizados, como é o caso dos assentados do Tiracanga Logradouro (PDA, 2006).

Essa tecnologia foi adquirida por meio da experiência dos seus antepassados, como a escolha da área para o plantio, a qual era realizada pelo campo que apresentasse uma flora mais abundante. O preparo consistia no desmatamento e no aproveitamento das árvores mais grossas para a construção de cercas e para a fabricação de carvão vegetal (ver Figura 9), utilizado como combustível doméstico.

Figura 8 – Carvão vegetal do assentamento



Fonte: CASTRO, 2009

O restante é queimado (ver Figura 10) de forma indiscriminada na área a ser plantada. Uma tecnologia ainda utilizada pela geração atual, acarretando prejuízos, tanto econômicos (pois é de baixo rendimento), quanto ecológicos (PDA, 2006).

Figura 9 – Queimada



Fonte: CASTRO, 2009

Figura 10 – Canteiro de hortaliças



Fonte: CASTRO, 2009.

As principais culturas (ver Figuras 10 e 11) fazem parte do cardápio do sertanejo. Classificam-se como culturas de sequeiro. São elas: jerimum, melancia, melão, pepino, maxixe, feijão, milho e mandioca.

A tecnologia utilizada é rudimentar, baseada na exploração de sistemas agrícolas tradicionais. A mão-de-obra utilizada é familiar, mas, às vezes, é chamado um vizinho para ajudar no trabalho.

Figura 11 – Criação de galinhas



Fonte: CASTRO, 2009.

Em quase sua totalidade, os solos apresentam-se conservados devido a práticas utilizadas pelos assentados. Assim, 50% dos assentados utilizam práticas de plantio direto, enquanto a outra metade fundamenta-se no desmatamento e na coivara.

Os cultivos anuais, que exigem um trabalho frequente da terra, aumentam os riscos de erosão, pois o solo é exposto por um longo período de tempo a intempéries, o que pode gerar a erosão.

A pecuária é praticada de forma extensiva (ver Figura 12) e caracteriza-se pela ausência da divisão e rotação de pastagem. Não faz uso de silagem, feno, currais para as diversas atividades, abrigo para bezerros, controle sanitário do rebanho.

Figura 12 – Carneiros (sem definição de raça)



Fonte: CASTRO, 2009.

Os bovinos alimentam-se das pastagens nativas e não recebem qualquer alimentação suplementar no período da seca. A mão-de-obra qualificada é escassa. Os

produtos como leite e queijo dificilmente são colocados rapidamente no mercado. A produção de leite é baixa, não chegando a 2 (dois) litros por dia.

O rebanho é trabalhado, individualmente, por cada uma das 52 famílias. Destaca-se que o rebanho foi vacinado contra a Febre Aftosa, atingindo 100% do rebanho.

O assentamento dispõe de uma escola (ver Figura 13), na qual existem três salas de aula, onde funciona a educação infantil, o ensino fundamental e médio. Nela, há também dois banheiros e uma secretaria.

Figura 13 – Escola do assentamento



Fonte: CASTRO, 2009.

Sobre a capacitação profissional, a maioria dos assentados tem, na agricultura, a única atividade profissional, mas é possível encontrar também assentados com experiência em outras atividades como: pedreiro, servente, pintor, vendedor e costureira.

Quanto à saúde, o assentamento Tiracanga Logradouro não possui um posto de saúde. Os assentados são atendidos uma vez por mês por uma enfermeira do Programa Saúde da Família (PSF) do assentamento Nojosa no prédio onde funciona a escola. Em casos de emergência, procuram o Hospital regional do município de Canindé. Além disso, conta com

atendimento deficiente do serviço de agentes de saúde. As doenças mais frequentes no assentamento são: gripes, febre, tontura, dor de cabeça e diarreia.

Parte dos bens do assentamento encontra-se em estado de deterioração, como, por exemplo, o poço profundo, a casa sede (ver Figura 14). A comunidade espera por um projeto de recuperação desses bens.

Figura 14 – Casa sede da fazenda Tiracanga



Fonte: CASTRO, 2009.

O licenciamento ambiental existente foi solicitado junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). A Licença Prévia (LP) para o assentamento Tiracanga Logradouro está com o pedido protocolado junto à SEMACE.

No que se refere ao serviço de saneamento básico, destaca-se que as residências do assentamento não dispõem desse serviço; as águas são despejadas a céu aberto. O destino do lixo é um terreno baldio ou queimado. Essa destinação inadequada acarreta uma série de problemas para a saúde humana e para o desenvolvimento da produção agrícola. Por isso, deveria existir preocupação com a contaminação dos recursos naturais.

Percebe-se que, apesar das dificuldades existentes no semiárido nordestino, no assentamento Tiracanga Logradouro, foi possível identificar um semiárido com

transformações em que o trabalhador(a) rural se preocupa em traçar estratégias para o “convívio pacífico” com essa realidade.

Durante a pesquisa de campo realizada, verificou-se a possibilidade de ter esperanças de que pode ser elaborada uma concepção de semiárido. Dentre as principais ações que podem ilustrar essa concepção, destacam-se: a conscientização por parte dos agricultores de não utilizarem agrotóxicos e, em vez de usarem esse produto que causa danos ao meio ambiente e ao homem, os camponeses usam produtos naturais para eliminar as pragas das plantas e hortaliças a partir da planta chamada Nim.

Os assentados também não consideram importante o emprego do trator, pois para eles a máquina degrada o solo. Outra prática que sinaliza a importância de saber conviver com a problemática do semiárido constitui-se na implantação do banco de sementes. Este tem como função central preparar as famílias para a época do plantio. Além disso, estimula as famílias a não usarem sementes transgênicas para suas atividades agrícolas.

A recuperação da nascente do rio (ver Figura 15), olho d’água, é uma prática ecológica que, além de preservar o meio ambiente, garante a sobrevivência dos assentados nos períodos mais secos, já que essa área poderá ser utilizada como fonte hídrica. Ao mesmo tempo, contribui para que a região reforce sua relação identitária com o assentamento.

Figura 15 – Nascente do rio



Fonte: CASTRO, 2009.

O fortalecimento do grupo de jovens poderá criar uma maior identidade com o assentamento, além de ser um centro de formação de lideranças para o futuro. A reunião do assentamento por meio de associações – em torno de uma causa que é a expansão das atividades do assentamento, mediante práticas já discutidas – contribui para o fortalecimento das atividades agrícolas que levem em consideração o bioma e a região climática, adaptando-se às condições naturais existentes, fortalecendo o trabalho dos assentados e diminuindo o sofrimento nos períodos de seca.

Vale destacar que essas práticas poderão trazer uma maior produção de alimentos para o assentamento e melhorias significativas, tais como: o aumento da renda, o acesso à sustentabilidade no assentamento, dentre outros. Ao apoiar essas ações, os assentados melhoram sua condição de vida. Dessa forma, estão valorizando o assentamento e diminuindo o êxodo rural.

Estas práticas citadas somadas à vontade dos trabalhadores rurais poderá mudar a realidade do assentamento e, assim, conquistar a sustentabilidade desejada pela maioria dos assentamentos dessa região semiárida.

As características mais marcantes do semiárido são: a escassez hídrica, que é causada pela irregularidade na distribuição das chuvas; e a condição de subsistência, em que os agricultores vivem devido às dificuldades climáticas. Estas são características comuns encontradas na maioria das regiões semiáridas do planeta.

No Brasil, a situação do semiárido localizado principalmente na região Nordeste não se diferencia de outras regiões semiáridas no que se refere ao aspecto climático e hídrico. Porém, torna-se mais grave devido aos problemas sociais herdados desde a época da colonização da região.

Ressalte-se que esses problemas sociais não são causados apenas pela deficiência hídrica, mas decorrem, principalmente, de uma política que concentra terras e renda, desencadeando a injustiça social na região.

A região Nordeste do Brasil apresenta como principal problema a questão da concentração de renda. Essa desigualdade faz com que poucos tenham considerável parcela da riqueza regional e muitos vivam com uma parca renda proveniente da agricultura de subsistência. Destaca-se que, por muitas vezes, torna-se necessária a combinação dessa atividade com as políticas de transferência de renda criadas pelo governo (por exemplo, Bolsa Família) a fim de diminuir o impacto da desigualdade social.

Além disso, no Nordeste brasileiro, persiste a concentração fundiária, originada desde o período colonial e aprofundada nos anos seguintes pela ausência de uma política de

reforma agrária que, realmente, garanta melhores condições de vida para os agricultores dessa região.

O assentamento Tiracanga Logradouro, localizado no município de Canindé, Ceará, Brasil, significa uma tentativa de mudar essa situação de injustiça social observada na região. Mostra que uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras rurais conquistaram o acesso a terra e que, apesar das dificuldades existentes, tanto no que diz respeito ao aspecto ambiental quanto ao social, é possível viver com dignidade, quando esses sujeitos sociais se organizam e desenvolvem ações a fim de obter melhorias para o assentamento.

Nessa perspectiva, o assentamento Tiracanga Logradouro representa uma tentativa de construir um novo modelo de justiça social no campo brasileiro. Percebeu-se que, no território desse assentamento, as práticas de convívio com a seca são um exemplo de luta protagonizada pelos assentados, a fim de melhorar as condições de vida da comunidade que espera o reconhecimento da sociedade ao mostrar a viabilidade da criação dos projetos de assentamentos rurais e a importância da conquista da terra de trabalho.

4 O AMBIENTE SOCIAL DE INJUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO BRASIL

O objetivo deste capítulo consiste em descrever a situação de injustiça distributiva do Brasil, Ceará e Canindé.

O Brasil mantém uma das mais altas taxas de concentração de renda do mundo. Nessa perspectiva, alguns índices que retratam a situação da posse da terra, práticas agrícolas, trabalho, créditos, saúde, educação e rendimentos serão apresentados, a fim de se compreender o contexto de injustiça social do país.

O Brasil, no que concerne ao contexto socioeconômico, apesar de ter apresentado redução da desigualdade de renda, conforme mostra a PNAD 2007 do IBGE, é marcado pela concentração de rendimentos e pela consequente desigualdade social. Esses problemas visualizados na situação atual são históricos e têm sua origem no passado, ou seja, à época do período colonial.

No Brasil, 1/3 (31,6%) das terras são propriedades fundiárias de 2.000 ha ou mais e equivalem a 0,8% dos imóveis. Isso quer dizer que, na melhor das hipóteses, *31,6% das terras estão nas mãos de 0,8% das empresas ou pessoas naturais*. Essa concentração de propriedade fundiária se mostra ainda mais injusta quando se observa que cerca de 1/57 (1,8%) das terras têm até 10 ha e correspondem a 1/3 (31,6%) dos imóveis rurais (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Concentração fundiária no Brasil por tamanho da propriedade, área ocupada e percentagem de imóveis, 2003.

Concentração fundiária no Brasil por tamanho da propriedade, área ocupada e percentagem de imóveis, 2003.			
Tamanho dos imóveis	Área total (ha)	% de área	% dos imóveis
Até 10	7.616.113	1,8%	31,6%
De 10 a 25	18.985.869	4,5%	26, 0%
De 25 a 50	24.141.638	5,7%	16,1%
De 50 a 100	33.630.240	8,0%	11,5%
De 100 a 500	100.216.200	23,8%	11,4%
De 500 a 1.000	52.191.003	12,4%	1,8%
De 1.000 a 2.000	50.932.790	12,1%	0,9%
Mais de 2.000	132.631.509	31,6%	0,8%
Total	420.345.382	100,0%	100,0%

Fonte: INCRA 2003 apud MENDONÇA, 2009.

Na primeira parte deste capítulo, apresentar-se-á, com maior ênfase, a questão da posse da terra, tendo em vista que a origem da desigualdade está ligada aos aspectos históricos e geográficos produzidos por essa problemática. Vale ressaltar que a situação fundiária brasileira influencia direta ou indiretamente o funcionamento dos demais setores sociais.

Em seguida, serão apresentados índices de trabalho, práticas agrícolas, créditos, saúde, educação e rendimentos, visando a entender o quadro socioeconômico em análise. Posteriormente, na segunda parte, será colocado no debate, de maneira breve, o município de Canindé (CE) e, em especial, o assentamento Tiracanga Logradouro, localizado nesse município, para que assim se apreenda sua inserção na problemática apresentada.

4.1 Posse da terra

No período colonial, a propriedade¹ da terra no Brasil era marcada pela concentração. A posse² inicial foi realizada a partir do regime de sesmarias, por meio do qual o governo português “doava” sesmas (daí a razão do nome sesmarias) para pessoas de alto poder aquisitivo em Portugal. Esses lotes deveriam ser passados de pai para filho sendo, portanto, hereditárias.

No Brasil, a questão da distribuição de terras sempre se mostrou um problema grave. Esse aspecto pode ser detectado no processo de formação das primeiras capitanias hereditárias. Isso marcou o início da forma desigual com que seria tratada a estrutura fundiária do país, tendo em vista a distribuição arbitrária de vastas extensões de terras para pessoas que demonstrassem condições financeiras para investir na colonização das terras. Diante desses critérios, poucos foram os escolhidos, havendo, inclusive, quem desistisse da missão para a qual foram designados pela Coroa portuguesa.

Serra (2003) chama a atenção para o fato de que, no período colonial, se observou o surgimento da pecuária como forma de atividade mais adequada para promover a ocupação das regiões interioranas do país. Ressalta-se que a atividade da pecuária foi responsável pela formação de cidades a partir das feiras de gado, com destaque para a região do semiárido nordestino.

A difusão do cultivo do algodão na região Nordeste é lembrada por Serra (2003) em virtude de tratar-se de outro fator de importância considerável para apropriação latifundiária. “Inicialmente circunscrita ao Maranhão e à Paraíba, sob a forma de cultura auxiliar, essa lavoura se estendeu ao Rio Grande do Norte, Ceará, interior da Bahia e Minas Gerais, bem como Goiás” (SERRA, 2003, p. 236).

Caracterizando-se por esse modelo de organização (latifúndio), essas atividades agrícolas favoreceram à formação das grandes propriedades rurais, que, por sua vez, aprofundaram ainda mais as desigualdades sociais existentes na colônia portuguesa.

¹ É o conceito central do direito das coisas. O direito real, por excelência, que dá ao proprietário a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa. E ainda o direito de reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha. Cuida da propriedade o art. 1.228 do Código Civil Brasileiro de 2002.

² Em direito, define-se posse como uma situação de fato que consiste em dispor de uma coisa com algum dos poderes inerentes à propriedade.

Após a independência do Brasil em 1822, ocorreu a abolição das sesmarias, iniciou-se o regime de posses que visava à pequena exploração agrícola. Esta era operada por colonos pobres e abrangia fazendas inteiras.

Naquele período, promulgou-se a Lei de Terras³ (1850), Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, a primeira lei que tratava da questão da propriedade rural após o Brasil tornar-se independente. Vale destacar que o tipo de alienação de terras públicas introduzido pela Lei de Terras de 1850 fixava um preço-terra suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários rurais.

Isso acarretou para esses pequenos proprietários a perda das terras. Essas pessoas, inclusive, se apresentavam como os verdadeiros proprietários, já que tinham um documento legal, o título de propriedade. Desse modo, a proclamação da Lei de Terras em 1850, a primeira do período pós-colonial, consolida o poder dos latifundiários, que, por sua vez, ampliaram suas propriedades a medida que expandiam suas propriedades, em muitos casos, mediante grilagem⁴.

Neste novo quadro estabelecido no país, surgiu para muitas pessoas a motivação de obter *status*. Dessa forma, a patente de coronel foi obtida por vários indivíduos. Com isso, adquiriram poder econômico e político junto ao governo para ampliar sua área de influência. Assim, nesse cenário, se estabeleceu a figura do coronel, dando origem a uma forma peculiar de política conhecida como coronelismo.

Leal (1975 p. 20), no livro *Coronelismo, enxada e voto*, afirma que o coronelismo é “[...] sobretudo um compromisso, uma troca de poderes entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

Na visão de Leal (1975, p. 20), o coronelismo constitui-se como “[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.

³ Essa lei proibiu a ocupação de terras devolutas, as terras passariam a ser, obrigatoriamente, ocupadas por meio da compra em dinheiro; permitiu o registro de vigararia; determinou a legitimação da posse de terras anterior à sua publicação e que todas as terras das sesmarias e concessões deveriam ser revalidadas.

⁴ A grilagem ocorre quando uma pessoa consegue várias procurações falsas de desconhecidos, geralmente camponeses que assinam os papéis para seus “patrões”. Com esses documentos falsos, é realizada a compra de várias propriedades vizinhas, como se fosse um grande loteamento. Porém, na verdade, essas várias propriedades unidas formam um grande latifúndio.
(<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=grilagem>)

Durante muitos anos, o coronel passou a ter poder e prestígio nas regiões mais pobres do Brasil, principalmente na região Nordeste. Além de possuir poder, muitas vezes também controlava as decisões da população por meio dos jagunços, pistoleiros ou até mesmo utilizando os órgãos de repressão, como a polícia, por exemplo, com a finalidade de atender seus interesses políticos e econômicos. Vale frisar que o coronelismo trouxe vários problemas, como a corrupção e o autoritarismo.

Após a proclamação da República em 1889, surge uma nova modificação na política de terras, estabelecida em 1850. A Constituição republicana de 1891, em seu artigo 64, transferiu para os estados as terras até então de domínio da União, reservando-se a esta as terras de uso público da União, as terras de marinha e as faixas de fronteira.

Esse fato contribuiu para ampliar o domínio político de determinados grupos políticos majoritários na sociedade, principalmente onde havia forte poder das oligarquias regionais, estabelecidas por grupos familiares que controlavam cidades e/ou províncias.

Durante a fase inicial da República, no Nordeste e no Sul do Brasil, ocorreram tentativas localizadas de modificar esse quadro de domínio e controle da questão fundiária do país mantido pelo poder das oligarquias. Os exemplos mais conhecidos foram os movimentos messiânicos de Canudos, no sertão da Bahia, o do Contestado, região que fica localizada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e do Caldeirão, no estado do Ceará, na região do Cariri.

Vale ressaltar que os movimentos citados organizaram-se para construir um modelo alternativo de vida. No entanto, os movimentos foram reprimidos pelos grupos oligárquicos, que alegavam se tratar de rebeliões que tinham como objetivo o retorno da Monarquia ou, até mesmo, a deposição do governo central.

Nesse contexto da nova fase da política brasileira, a República recebe um país com poucas mudanças sociais, tais como: o fim da escravidão e a mudança na política de terras, que pouco ou quase nada alterou a vida da maioria dos brasileiros – que ainda conviviam com uma realidade bastante ligada às atividades agrícolas, representadas, principalmente, pelo café, no Sudeste e no Sul, e a cana de açúcar, no Nordeste, as duas monoculturas baseadas num modelo agrário concentrador e agroexportador.

Na década de 1930, a República começa a ter sua principal base fragilizada pela separação do poder representado pelas oligarquias paulista e mineira, com ruptura da famosa república “Café com Leite”. Essa situação tem seu ponto culminante com o golpe militar de 1930, que coloca Getúlio Vargas no poder.

Naquele período, a crise pareceu contornada, porém, na política de terras, houve pouca mudança. A manutenção do poder pela posse da terra começa a ensejar a criação de dois movimentos: o do banditismo social, na década de 1930, representado pelo cangaço, cujo expoente maior foi Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como “Lampião”, e, na década de 1950, das ligas camponesas, que, naquele momento, protestavam contra o modelo agrário imposto, marcado pela situação de desigualdade e miséria que o campo brasileiro apresentava.

Nos anos 1960, a reforma agrária representava uma urgente demanda, sendo proposta disputada por diversas forças sociais ao ponto de transformar-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolveu em vários pontos do país. Nessa perspectiva, vale destacar o pensamento de Martins (1986 apud ALENCAR, 2005, p. 69):

Enorme equívoco político é o de grupos partidários, sindicais e a igreja, de supor que a reforma agrária se resume à desapropriação local e ao assentamento de trabalhador rural num pedaço de terra. Para isso não é necessário reforma agrária, basta um empréstimo a juros baixos, para compra de terra, e o problema está resolvido [...] O problema de reforma agrária é social e político e só tem sentido proposto em escala social e política. (MARTINS, 1986 apud ALENCAR, 2005, p. 69).

No Brasil, especialmente na região Nordeste, os trabalhadores rurais passam a protestar contra o modelo agrário. Nesse contexto, começa a mobilização das Ligas Camponesas, cuja meta consistia em buscar a reforma agrária para que fosse promovida uma melhor distribuição das terras e que fosse garantido acesso ao crédito ao pequeno produtor do campo.

João Goulart, no ano de 1961, assume o cargo de presidente da República em meio a uma crise política deixada pelo ex-presidente Jânio Quadros, que havia renunciado ao cargo. Logo depois, João Goulart profere um discurso defendendo a ideia de implantação das reformas de base, que, dentre outras metas, aspirava à implantação de ampla reforma agrária. No entanto, setores da sociedade contrários à realização dessas reformas, liderados pelos militares, tomam a cidade do Rio de Janeiro.

Esse é o início do golpe de 1964 e o estabelecimento de uma ditadura militar que se caracterizará pela manutenção do quadro de desigualdade social e da má distribuição de terras no país.

Nesse período, o país avança, cresce em dinamismo econômico, fronteiras são descobertas e áreas anteriormente impossíveis de serem ocupadas passam a ser ocupadas a partir da descoberta da calagem nos solos do cerrado, no Centro-Oeste brasileiro. Entretanto, a concentração de terras, durante esse período, cresce constantemente com a chegada dos

chamados pioneiros, que passaram a ocupar a região e adjacências, muitas vezes, mediante títulos de terras grilados. Por outro lado, a repressão aos movimentos sociais e paramilitares continua de forma cada vez mais agressiva contra os trabalhadores.

Os movimentos sociais de luta pela terra continuam em atuação, porém de forma cada vez mais tímida, a fim de permanecerem dentro da legalidade. Para isso, foi essencial o trabalho de várias pessoas e da Igreja católica, destacando-se, nesse aspecto, a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT é uma das pastorais da igreja criada em 1975, em Goiânia. Na verdade, foi uma tentativa da igreja de promover a defesa das vítimas do campo após o estabelecimento do regime militar em 1964 (BALDUÍNO, 2004 p. 21).

Segundo Martins (s/d apud BALDUÍNO, 2004, p. 21), essa nova relação, por sua vez, institui uma nova forma de intermediação entre os trabalhadores rurais e a igreja, transformando esses trabalhadores em agentes sociais, promovendo a formação dos primeiros grupos de defesa da reforma agrária no Brasil.

Porém, vale ressaltar que a CPT é presença marcante em vários municípios, com destaque para o município de Canindé, no sertão cearense. O modelo de atuação da CPT foi levado a vários países latino-americanos, sendo um exemplo claro de que é possível levar humanidade e caridade a outras nações.

Nesse período de ditadura militar, é que a comunidade passa a conhecer a face mais perversa da ditadura por meio da tortura e da tentativa de desmobilização dos trabalhadores rurais. Os militares lançam, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que faz a definição clara do que é propriedade rural. Além disso, é criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando a amenizar os conflitos e disputas pela terra.

Segundo Medeiros (2003, p. 24), mediante o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), o Estado absorvia grande parte das reivindicações afloradas na década anterior e disciplinava-as, visando criar “[...] a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada, produtiva e capaz de atender as exigências de que tanto era o padrão idealizado e desejado de desenvolvimento”.

Apesar de ter sido um avanço para a legislação, pois anteriormente não existia um marco regulatório sobre a terra, o Estatuto da Terra contribuiu para aumentar a concentração fundiária. A legislação estabelece que a empresa rural que tem “função social” não pode ser utilizada para fins de reforma agrária, ficando somente os latifúndios improdutivos como terras disponíveis para a reforma agrária.

Desse modo, a legislação pouco representou em ganhos positivos para os trabalhadores rurais, já que aumentou ainda mais a concentração de terras, que ainda é considerada uma das piores do mundo. A Tabela 2, que mostra a evolução do índice de Gini⁵ da propriedade da terra, ajudará a compreender essa questão.

Tabela 2 – Evolução do índice de Gini

Evolução do índice de Gini⁽¹⁾ da propriedade da terra						
Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
Brasil	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: INCRA, 2005.

Além disso, existe um discurso destacando a atividade agrícola brasileira como uma das mais modernas do mundo, colocando, em segundo plano, as atividades da agricultura familiar. Porém, em regiões do mundo como Israel e Europa, a agricultura familiar representa uma fatia considerável de produção e de área utilizada.

Apesar de o latifúndio apresentar-se como um exemplo de progresso agrícola, a mídia não comenta que a maior parte da produção agrícola nacional está concentrada nas pequenas e médias propriedades. Além disso, quando se defende o latifúndio, está-se, na verdade, colocando um obstáculo para a reforma agrária.

Durante o processo de construção da nova Constituição (1988), o governo, após pressão por parte dos setores sociais, elabora o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que considerava para implementação da reforma agrária a desapropriação por interesse social⁶

⁵ É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente.

⁶ “[...] a desapropriação por interesse social, instrumento histórico, previsto desde a Constituição de 1946, art. 147, segundo o qual, caso a propriedade não gerasse o bem-estar social, ela poderia ser desapropriada com o objetivo de justa distribuição de terras para todos. Tal mecanismo é ratificado quando da publicação do

como principal instrumento de obtenção de terras, numa tentativa de amenizar a situação de conflito no campo brasileiro, principalmente entre a bancada ruralista, representada pela UDR (União Democrática Ruralista) e pelos movimentos sociais pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido em 1984, a fim de garantir expressão aos movimentos sociais e ser porta-voz da questão agrária.

Vale ressaltar que esse projeto, apesar de estar anexado à Constituição e ser considerado referência no Poder Legislativo, na prática pouco contribuiu para uma efetiva reforma agrária. Seja por falta de vontade política, seja por pressão das classes ruralistas, muitas vezes representadas, no Congresso Nacional, pela mídia, que mostra os movimentos sociais como movimentos políticos, que representam a vontade de um candidato, de partidos políticos. Na verdade, os movimentos sociais são muito mais do que movimentos políticos, pois representam a profunda desigualdade social no campo.

Além disso, o Brasil apresenta solos ricos e com potencial para explorar diversas culturas. Isso gera, dentro da elite rural, um desejo de manutenção da situação atual do camponês brasileiro. Desse modo, esse modelo que, apesar de ser portador de divisas e modernizador, é, ao mesmo tempo, concentrador de terra e renda, além de excludente, gerando miséria no campo brasileiro.

Durante o período de atuação do PNRA, o governo enfrentou dificuldades para realizar, de fato, a reforma agrária. Seja porque a própria lei, muitas vezes, coloca “entraves” constitucionais para a sua realização, seja pela pressão da bancada ruralista que, apesar de diminuída nos últimos anos, possui forte presença nos vários setores políticos, seja pelos defensores dos projetos de Reforma Agrária Solidária, que tentam realizar a reforma agrária pelo caminho da compra de terras diretamente ao latifundiário, utilizando empréstimos do Banco Mundial, aumentando ainda mais a dívida externa do país.

Durante os governos apresentados no período do PNRA (José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula), houve uma atuação expressiva dos movimentos sociais, que passaram a ter uma presença maior durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Durante esse período, foi criado o Ministério do

Estatuto da Terra, o qual, com vistas à desapropriação das terras para interesse social, para fins de reforma agrária, estabelece o pagamento destas em Títulos da Dívida Agrária. Com a implantação do I PNRA da Nova República, o ato desapropriatório por interesse social torna-se o principal mecanismo para a realização da reforma agrária, embora com imenso ônus político, econômico e social para frações das classes hegemônicas no poder”(ALENCAR, 2005, p.14-15).

Desenvolvimento Agrário (MDA), que havia sido extinto no governo de Fernando Collor, e os programas de reforma agrária, principalmente os projetos do Banco Mundial, batizados de “Reforma Agrária Solidária”.

Porém, a pressão pela Reforma Agrária ainda continua, tendo vários movimentos à frente desse processo, com destaque maior para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem sido agente essencial nesse processo, tanto no que se refere a ocupações, quanto na questão de negociações pela reforma agrária no país.

Com a eleição do governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, muitos jornalistas achavam que os movimentos sociais fossem se calar, já que para parte desse setor os movimentos sociais eram movimentos tipicamente eleitoreiros. No entanto, esse fato não ocorreu, pois a atuação do movimento ainda continuou forte, principalmente com eventos como o “Abril Vermelho”.

Na visão de Serra (2003), atualmente o regime latifundiário como um todo está em conflito permanente com todas as demais forças econômicas em expansão, sendo reconhecido seu caráter parasitário e arcaico.

Sônia Maria Bergamasco e Luis A. Cabello Norder (1996) acreditam que deveria se pensar numa proposta em que se inserissem as diversas políticas de reforma da estrutura agrária num conjunto de medidas macroeconômicas, a fim de garantir uma melhor distribuição da renda para toda a sociedade. Assim, baseando-se em tais pressupostos, caso os assentamentos fossem implementados em maior escala permitiriam a obtenção de benefícios não apenas para a população sem-terra, mas também para grande parte da sociedade brasileira.

A distribuição de terra no estado do Ceará, ao ser analisada por Alencar (2005) numa série histórica do índice de Gini, no período de 1967 a 2000, apresentou, segundo o autor, no ano de 1967, um índice de concentração de terra da ordem de 0,760 que baixa 0,02 sucessivamente em 1998:

Quando o cálculo do índice de Gini é feito com base nos dados de 30 de setembro de 2000, excluindo as terras públicas, as terras não recadastradas (decorrentes de grilagem ou inexistentes) e as que foram incorporadas aos programas de reforma agrária federal, estadual e municipal, o índice de Gini do Ceará diminui para 0,690. (ALENCAR, 2005, p. 86)

Alencar (2005) verificou, após comparar os índices do Brasil e da região Nordeste com os do Ceará, que, em todo o período da série histórica analisada, o do estado foi inferior.

No entanto, o autor afirma que o índice é considerado na escala de medição do índice de Gini como de concentração forte de terra (0,501 a 0,700).

Ambas as avaliações, na percepção de Alencar (2005, p. 90) “[...] demonstram a evolução da reforma agrária e o grau de distribuição ou de concentração da terra”. Trata-se enfim, de “[...] uma história da distribuição desigual de um tributo natural chamado terra, que varia de uma desigualdade forte a muito forte”.

Essa acentuada distorção fundiária, cuja origem está no processo histórico, ocasiona sérios problemas. Por mais que se esforcem, os pequenos produtores não podem conseguir rendimentos significativos, pois lhes falta o elemento básico para a produção primária, a terra (SERRA, 2003, p. 243).

4.2 Trabalho, práticas agrícolas e crédito

Ao analisar os dados apresentados pelo IBGE (2006) no último censo agropecuário, percebe-se o quadro de injustiça social que ainda permanece no país. Apesar dos avanços na política social, observa-se que muito precisa ser realizado, principalmente, no tocante à questão da terra.

O número de estabelecimentos durante esse período (1970-2006) teve um incremento, de 4.924.019 imóveis rurais para mais de 5.204.130 imóveis. Por sua vez, o total de área utilizada saltou de 295.145.466 ha para 354.865.534 ha, o que indica uma maior concentração de terra no país (IBGE, 2006).

O emprego cada vez maior de máquinas agrícolas, acompanhado de um processo de modernização do campo, implicou uma redução cada vez maior do número de trabalhadores rurais. A maior parte destes atuará como trabalhadores temporários, isto é, trabalhadores que garantem sua subsistência somente durante o período da lavoura, sem direitos trabalhistas garantidos em lei.

Contudo, vale destacar que, apesar dessa nova realidade para o trabalhador rural brasileiro, nem todos puderam usufruir dessa transformação, ou seja, esse processo de modernização não está ocorrendo de forma simultânea em todas as regiões. Segundo o IBGE (2006), as maiores mudanças ocorreram nos estados em que, normalmente, a agricultura é ligada ao latifúndio ou empresa rural e situada nas grandes regiões produtoras (região Centro-Oeste, Sudeste e Sul), onde a aplicação desse modelo de trabalhador temporário tem sido cada vez mais comum.

No estado do Ceará, ainda há predominância daquele que se conhece como morador de condição, isto é, o trabalhador rural que trabalha na fazenda e recebe benefícios além da moradia, isto é, ele, por exemplo, tira uma parte da produção para sua subsistência e de sua família.

Mas esse quadro aos poucos começa a mudar, principalmente após o estabelecimento dos perímetros irrigados que foram implantados às margens dos rios perenizados pelo governo do estado, a partir de projetos de irrigação implantados na década de 1990.

Vale destacar que, nesse processo, a fruticultura tem sido o principal agente das modificações ocorridas no campo cearense. Por meio dessa atividade o morador de condição é substituído pelo trabalhador rural assalariado. Na grande maioria dos casos, esses trabalhadores não possuem vínculo empregatício que lhes possa garantir os direitos trabalhistas.

Vale ressaltar que, por conta de atividades como o algodão e a carnaúba, a participação da agricultura no PIB do estado do Ceará já foi bastante expressiva, principalmente no século XX (1901-1980). No entanto, nos dias atuais, essas atividades encontram-se em declínio, devido, principalmente, à implantação do projeto de modernização trazido pela indústria a partir de meados da década de 1980. Segundo Alencar (2005), tal fato fez com que a participação da agricultura caísse de 15,78%, em 1970, para 5,62%, em 2000.

É importante salientar que, durante essa fase, ocorreu a queda do preço internacional da carnaúba. Destaca-se que, em virtude dos problemas ligados à lavoura do algodão, principalmente após a chegada da praga do bicudo na década de 1980, o trabalhador rural e as pequenas lavouras dessas atividades agrícolas aos poucos vão se tornando menos comuns, em decorrência de não serem mais lavouras de baixo custo e de alta rentabilidade.

Vale destacar, ainda, que esse processo de modificação da situação do trabalho na zona rural é excludente, pois a maior parte desses perímetros são produzidos por preços elevados, dificultando o acesso dos pequenos e médios produtores rurais e oferecendo maiores garantias aos grandes empresários do setor, em sua grande maioria, empresas estrangeiras e de outros estados, com destaque para o estado de São Paulo.

Porém, o trabalho da grande maioria dos trabalhadores rurais no Ceará ainda concentra-se no sertão cearense, baseado na agricultura de subsistência, isto é, no plantio de milho e de feijão, e utilizando práticas rudimentares para o trabalho com a terra, tais como: a utilização da enxada como ferramenta de trabalho e a prática da queimada da vegetação como forma de preparar o solo para o plantio.

O IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007), comprova a força da atividade agrícola (ver Quadro 1). Este é um dos setores que mais emprega no Brasil, ao lado da indústria e da construção civil. Embora aquela atividade esteja entrando num processo de mecanização e de assalariamento do trabalhador rural, esta atividade continua presente, especialmente na região Nordeste, onde esta emprega boa parte da população, principalmente nos pequenos municípios.

Quadro1 – Grupamentos de atividade do trabalho principal

Grupamentos de atividade do trabalho principal	(%)	Grandes Regiões (%)				
	Brasil	N	NE	SE	Sul	CO
Agrícola	19,3	22,6	33,8	9,7	21,2	16,4
Indústria	14,8	14,5	9,4	17,5	18,2	11,2
Indústria de transformação	14,0	13,6	8,8	16,5	17,5	10,4
Construção	6,5	6,7	5,8	7,0	6,0	7,4
Comércio e reparação	17,6	18,2	16,0	18,4	17,6	18,6
Alojamento e alimentação	3,8	4,0	3,4	4,1	3,1	4,3
Transporte, armazenagem e comunicação	4,5	3,9	3,6	5,3	4,3	4,6
Administração pública	5,0	6,6	4,8	4,7	4,1	7,4
Educação, saúde e serviços sociais	9,0	8,3	7,9	10,0	8,4	8,6
Serviços domésticos	7,6	6,8	6,7	8,5	6,3	9,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,3	3,4	3,7	4,9	3,7	4,6
Outras atividades	7,3	4,2	4,5	9,6	6,9	7,6
Atividades maldefinidas ou não declaradas	0,2	0,8	0,3	0,2	0,2	0,0

Fonte: IBGE, 2007.

Vale destacar que, apesar do processo de assalariamento ser uma realidade no campo brasileiro, essa prática ainda se encontra em uma fase de pouca formalização da atividade com carteira assinada, tornando difícil a vida dos milhares de agricultores que trabalham no país. Isso pode ser percebido com maior frequência nas chamadas atividades sazonais, como, por exemplo: a colheita da cana-de-açúcar, comum nas regiões Nordeste e Sudeste (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Ocupação da atividade agrícola

Ocupação da Atividade agrícola						
Atividade	Brasil	N	NE	SE	Sul	CO
Agrícola	8,1	10,2	14,3	7,8	5,7	5,7
Com carteira de trabalho assinada	35,3	49,1	20,7	17,2	49,0	41,3
Sem carteira de trabalho assinada	64,7	50,9	79,3	82,8	51,0	58,7

Fonte: IBGE, 2007.

Apesar dos índices apresentados, o censo agropecuário mostra, ao mesmo tempo, uma queda na taxa de ocupação dos trabalhadores (ver Quadro 3), tendo em vista que o processo de urbanização vem “capturando” esses trabalhadores para trabalhar nas cidades, muitas vezes mediante atividades urbanas ligadas ao subemprego, principalmente nas regiões metropolitanas.

Quadro 3 – Ocupação no campo

Censo Agropecuário 1995-1996-2006 (Pessoal ocupado no campo)		
Variáveis pesquisadas	1995-1996	2006
Empregados contratados com laços de parentesco com o produtor	13 607 876	12 810 591
Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	4 322 977	3 557 042
Pessoal ocupado no campo	17 930 890	16 414 728

Fonte: IBGE, 2007.

No Brasil, o nível de emprego após um longo período de praticamente estagnação, voltou a crescer, embora de forma ainda muito modesta (1,6% em 2007). O destaque principal foi para o setor de serviços e para a indústria, que estava em uma situação estável e voltou a crescer nos últimos anos.

Outro importante destaque foi para o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Atualmente ultrapassa os 90 milhões de pessoas, segundo o IBGE (2007).

Apesar desses avanços, ressalte-se que as atividades que cresceram foram aquelas ligadas ao incremento da renda do trabalhador, como o setor de serviços e a indústria.

O índice de desemprego, que esteve sempre na casa dos dois dígitos, isto é, acima dos 10%, voltou a cair, chegando ao menor patamar desde 1999. No entanto essa atividade só foi possível graças ao crescimento econômico, tendo em vista que, num cenário de crise mundial, não se sabe se esse patamar se manterá.

Sobre o acesso ao crédito no Brasil, ocorre, normalmente, via bancos. No caso do agricultor, não é diferente o meio para obter esses recursos de fundamental importância para o desenvolvimento da lavoura. As principais fontes são: o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Estes são créditos específicos e que apresentam, de certa forma, menor burocracia, se comparado aos demais.

Vale destacar que as demais linhas de crédito são fornecidas aos grandes produtores. Isso, de certa maneira, contribui para o aumento das disparidades no campo, pois, se por um lado os pequenos agricultores e assentados possuem apenas acesso a esses tipos de crédito, por outro lado os grandes agricultores possuem um canal facilitado a várias outras modalidades de crédito, ligados aos grandes bancos e, na maioria das vezes, ligados aos bancos oficiais.

Essa desigualdade na distribuição de recursos para os agricultores favorece a ampliação das desigualdades existentes no campo brasileiro, que, além de apresentarem-se elevadas no processo de distribuição de terras, também são quanto acesso ao crédito.

4.3 Saúde, educação e rendimentos

Segundo dados do conjunto de Estatísticas da Saúde Assistência Médico-Sanitária (2005), foi registrado que, nesse setor, um trabalho conjunto começou a ser realizado entre governo federal, estadual e municipal, a fim de melhorar a qualidade do serviço com a implantação do Serviço Único de Saúde (SUS). Porém, vale destacar, que essa política está longe do ideal, principalmente se se levar em consideração que o público cresceu, e poucas foram as medidas estruturais a fim de acabar com os problemas no setor.

Ao longo dos anos, houve um aumento considerável no número de estabelecimentos, porém, isso não significou que os problemas estivessem resolvidos, visto

que a maioria dos estabelecimentos são de pequena a média complexidade, representando 72% dos estabelecimentos existentes no país, o que, por sua vez, faz que esses serviços no Nordeste concentrem-se nas capitais, causando a lotação dos chamados hospitais de referência.

Destaca-se a importância da qualidade dos tipos de serviços oferecidos. O que foi visto até o momento é uma diminuição no número de leitos privados e um aumento no número de leitos no setor público, porém inferior ao crescimento da população brasileira, não dando condições de atender a verdadeira demanda pelos serviços hospitalares. Vale frisar que o descaso com a saúde no Brasil já vem de longa data, mas, até o momento, poucos foram os resultados concretos nesse setor.

Quanto a postos de saúde e serviços auxiliares – tais como, agentes de saúde, dentistas e programa saúde da família (PSF) – apesar de ter havido um aumento considerável desse tipo de serviço nos últimos anos, percebe-se que sua atuação ainda não atinge todo o espaço geográfico brasileiro, além de sua ação não estar totalmente integrada ao país.

No que se refere ao setor educacional, o Brasil possui um dos piores índices de analfabetismo do mundo. Os dados sobre a educação apresentam, desde o início da década de 1990, um aumento significativo na taxa de escolarização e uma diminuição significativa na taxa de analfabetismo. Porém, nota-se que ainda há grandes desafios a serem vencidos, pois, embora os índices nessas áreas tenham melhorado, ainda se observa uma taxa de analfabetismo considerável (mais de 9%), se comparada a de outros países.

Vale salientar que existe um problema que precisa ser vencido, o da inclusão de jovens no ensino superior. Hoje, essa taxa se mostra inferior a 30% (IBGE, 2007).

No número médio de anos de estudo (ver Quadro 4), continua havendo aumento, embora ainda seja considerada inferior se comparada a outros de países do mundo desenvolvido e dos seus vizinhos, que atualmente é de 6,9 anos (IBGE, 2007).

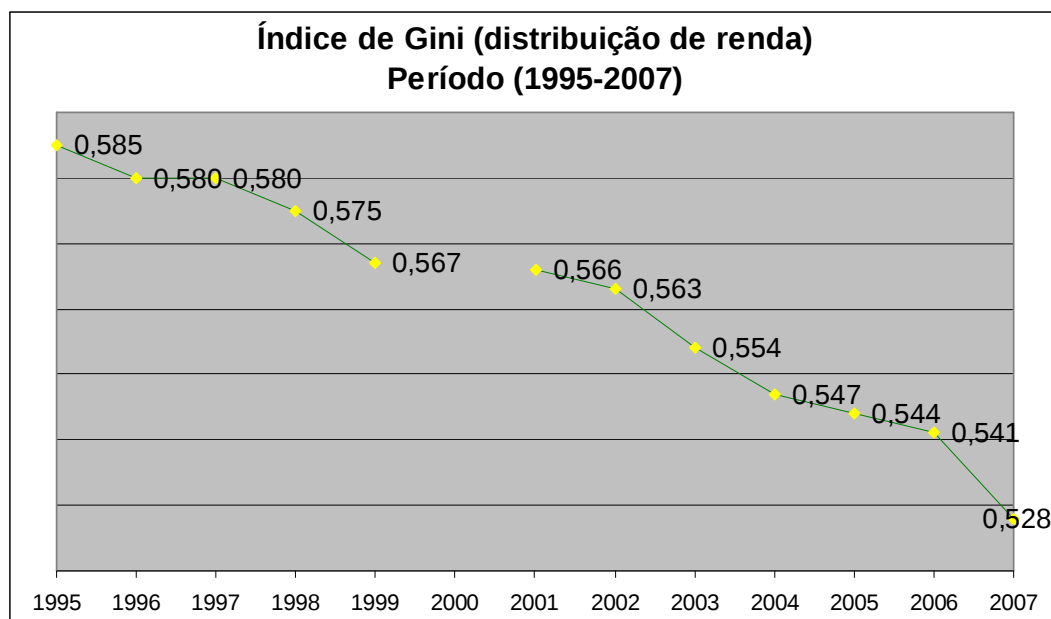
Quadro 4 – Média de anos de estudo no Brasil

Número médio de anos de estudo no Brasil	
1995	5,2
2002	6,3
2007	6,9

Fonte: IBGE, 2007.

Quanto à situação dos rendimentos, ressalta-se que o Brasil foi conhecido pela sua elevada concentração de renda, em anos anteriores, principalmente na década de 1960 a 1980, durante o período da ditadura militar, o país registrou um dos piores índices de concentração de renda no mundo, chegando ao topo, sendo o primeiro da lista por várias vezes. Atualmente, esse índice apresenta uma leve desconcentração (ver Gráfico 1), mas não significa dizer que é o ideal, já que esse índice, segundo dados do IBGE (2007), o Brasil continua a possuir um índice de concentração de renda muito elevado.

Gráfico 1 – Índice de Gini (1995-2007)



Fonte: IBGE, 2007; CASTRO, 2009.

Em relação aos rendimentos obtidos por cada uma das classes, percebe-se também forte concentração. Um percentual de 37,9% da população ganha rendimentos de até, no máximo, 1 salário mínimo. Estes mesmos dados comprovam que 88,8% da população está nas classes C, D e E, bem como 9,4% estão nas classes A e B (IBGE, 2007).

4.4 A luta pela posse da terra de Tiracanga Logradouro em Canindé, Ceará

O município de Canindé foi palco de inúmeras lutas por terra, um dos cenários de luta foi a Fazenda Tiracanga Logradouro, com uma área de 2.440 ha, que foi desapropriada por interesse social no dia 29 de dezembro de 1989. É importante destacar que Canindé é o município do Estado do Ceará que possui o maior número de assentamentos federais.

Os camponeses que trabalhavam na fazenda Tiracanga eram conhecidos como “moradores de condição”, isto é, moradores que trabalham pagando renda para viver e trabalhar na terra. Esta renda, segundo a assentada Antonieta, correspondia a 50% da produção, isto é, metade da produção colhida era entregue ao patrão.

Vale ressaltar, porém, que a exploração na fazenda não ocorria apenas no recolhimento da renda do trabalhador. Segundo o relato da assentada, existia um armazém, que era controlado pelo proprietário da fazenda, onde os trabalhadores compravam os produtos de necessidade básica. Estes produtos, porém, eram vendidos a preços muito acima do que eram praticados no mercado e, como não existia outra opção para realizar as compras, os trabalhadores entregavam mais uma parte de sua renda ao patrão, tornando a condição deles mais difícil.

No que se refere à produção, vale frisar que a principal forma de plantio realizada era de legumes, frutas e verduras, com produção voltada para o abastecimento das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA). Os trabalhadores eram obrigados a utilizar agrotóxicos para o controle de pragas nas hortaliças, além de pagar pelo uso dos produtos, que, assim como os mantimentos, era vendido a preço elevado e deveria ser adquirido somente no armazém da propriedade.

Sobre a utilização dos agrotóxicos, nota-se que este produto era utilizado de forma indiscriminada, sem nenhum tipo de proteção e que, pela falta de informação, em muitos casos, chegava a ser usado como água para o banho dos trabalhadores. Brincando com o pulverizador, eles jogavam os agrotóxicos um contra os outros.

Entretanto, mesmo aqueles trabalhadores que tivessem consciência dos malefícios que o uso do produto acarretaria seriam obrigados pelo patrão a utilizar os agrotóxicos em quantidade elevadas, pois o proprietário possuía como meta que a plantação de hortaliças, em especial, apresentasse boa qualidade.

Salienta-se que, quando algum empregado queixava-se de problemas de saúde e dizia que estava diretamente relacionado à utilização indiscriminada de agrotóxicos, o patrão

dizia aos empregados que ou obedecia a suas regras ou iria embora. Desse modo, percebe-se como o patrão tratava seus empregados, ou seja, estes deveriam obedecer cegamente às ordens do patrão. Segundo relatos dos assentados, houve registros de pessoas que passaram mal dentro da fazenda por conta do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Destaca-se que os produtos da horta eram plantados às margens do açude, tornando a água imprópria para o consumo. No entanto, de acordo com relatos dos assentados, a água do açude contaminada continuava sendo consumida, pois não havia outra opção.

4.5 A luta pela construção do assentamento Tiracanga Logradouro

No ano de 1985, a maioria das pessoas que habitam hoje o PA Tiracanga Logradouro morava na comunidade Larginha, que era terra de herdeiros. Lá elas se reuniam na casa de José Fernandes Coelho para conseguir terra onde pudessem garantir a sua subsistência, livre de insubordinação. Por várias vezes, solicitaram ao Jaime César Caracas Nogueira, um local para que pudessem trabalhar em condições dignas, mas este dizia que não era possível, pois tinha pouca terra para criar o gado.

Devido aos pedidos pela posse da terra e sem obter resposta positiva, os trabalhadores rurais motivaram-se a se reunir no dia 21 de junho de 1985 e decidiram brocar a terra no outro dia. Porém, neste mesmo dia, um dos trabalhadores, chamado popularmente de Zé Chico, morador da comunidade de Larginha, denunciou Jaime César, o que havia sido planejado. No entanto, no dia 22 de junho de 1985, um grupo de 29 trabalhadores rurais começou a preparar a terra para o plantio nas terras de Jaime César.

Zé Chico, embora participasse das reuniões com os trabalhadores e afirmasse que concordava com a decisão deles, não se disponibilizava a ajudá-los. Ele comunicava todas as decisões tomadas nas reuniões ao Jaime César. As pessoas continuaram trabalhando na terra. Depois de uma semana, o Zé Chico chamou todos para uma reunião na casa do Jaime César, que ficava em Transval, onde foram todas as 29 trabalhadores.

Um acordo foi proposto por Zé Chico, Sr. Jaime e sua esposa Helena para que eles parassem de trabalhar na terra sem autorização. Caso eles não parassem a partir daquele dia, haveria uma punição que estabelecia que, para cada árvore derrubada, os trabalhadores pagariam um salário. Entretanto, os trabalhadores não se intimidaram e, no outro dia, continuaram a trabalhar na propriedade.

A partir da semana em que eles continuaram a preparar o terreno para o plantio, começaram a receber intimações da justiça. Foi necessário que estes trabalhadores comparecessem, algumas vezes, ao fórum de Canindé. Após várias audiências, o juiz ordenou que os trabalhadores deixassem as terras. No entanto, a ordem não foi obedecida e os camponeses continuaram a trabalhar no terreno. Em seguida, Jaime César levou um delegado do Município de Mulungu com o objetivo de ameaçá-los. Apesar de, nesse dia, existirem pessoas observando a área em que estavam os trabalhadores, o delegado chegou à fazenda sem que os estes tivessem percebido.

De acordo com o relato dos assentados, o delegado não falou a verdade quando afirmou que vinha a pedido do padre Moacir, que não concordava com o que eles estavam fazendo. Assim, pediu para que eles parassem. Após permanecer com os trabalhadores por alguns minutos, o delegado foi embora. Depois desse incidente, os camponeses sentiram-se intimidados com a possibilidade da vinda de policiais e ,com isso, resolveram deixar a propriedade.

No dia seguinte, um dos trabalhadores, conhecido como “Chicão”, foi ao município de Aratuba para confirmar a história relatada pelo delegado, porém o padre Moacir afirmou que não conhecia o delegado.

O delegado retornou à propriedade mais uma vez, no entanto nada pôde fazer porque os trabalhadores estavam vigilantes. O delegado continuava ameaçando os trabalhadores, mas sem a incidência de problemas maiores. Enquanto isso, a atividade de preparo do terreno continuava. Foram cerca de 20 ha de terras trabalhadas em um período de 5 meses, deixando o local cercado. O trabalho era desempenhado por 13 famílias, mas 16 novas pessoas vieram ajudar.

A justiça voltou a chamar a atenção dos trabalhadores com a entrega de intimações a 10 pessoas. No entanto, o restante do grupo também compareceu à delegacia e ficou decidido que seria proibida a entrada dos trabalhadores no roçado para plantar.

Algum tempo depois, veio a intimação somente para o Chicão, porém todos os que pertenciam ao grupo, mesmo sem receberem a intimação, também resolveram comparecer à delegacia para acompanhar o amigo. Mas, somente o Chicão foi autorizado a entrar no distrito policial, enquanto as demais pessoas ficaram do lado de fora. Quando Chicão saiu, os trabalhadores que estavam do lado de fora aguardando a decisão receberam voz de prisão.

Durante 37 dias, ficaram presas 10 pessoas. As outras 3 pessoas foram libertadas no dia 28 de dezembro de 1985, em virtude do trabalho dos advogados, da arquidiocese de

Fortaleza, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé (STR). Esses três trabalhadores ficaram com a função de vigiar o roçado de longe.

No dia 2 de janeiro de 1986, às 7h, Chicão, ao olhar o roçado, observou que o Pimenta, estava plantando no roçado. Em seguida, voltou para chamar os companheiros da comunidade da Larginha. Foram até o roçado com o objetivo de expulsar quem estava plantando.

Nessa ocasião, os trabalhadores arrancaram a plantação, quebraram a cerca, soltaram os animais e voltaram para casa. Em seguida, os camponeses, com medo de represálias, resolveram se esconder no alto das serras, que ficam ao longo da propriedade. As esposas levavam alimentos, e as crianças não informavam a nenhuma pessoa a localização de seus pais.

A polícia foi ao local procurar os trabalhadores que foram responsáveis por aquele episódio, mas sem encontrá-los, retornaram. Depois que perceberam a saída da polícia, os trabalhadores voltaram para suas casas e continuaram trabalhando, fazendo outro roçado. Continuaram a receber intimações da justiça para comparecer à delegacia, mas não foram mais presos.

A partir desse fato, o INCRA começou a negociar com os trabalhadores. O INCRA, representado por Eudoro Santana, disse que iria disponibilizar terras para eles trabalharem. Eles mesmos poderiam escolher o local das terras. O primeiro local a ser visitado foi a cidade de Nova Russas, porém os camponeses não gostaram da terra e, além disso, havia um líder que dava as ordens, o que era para eles inaceitável.

Nos municípios de Pacajus e Quixadá, visitaram outros assentamentos, mas também não aceitaram. Após essas tentativas, o INCRA comunicou-lhes que a fazenda Logradouro estava para ser desapropriada, e que o MST já estava ocupando outra fazenda próxima.

Na fase da luta, existiu morador que veio da fazenda Feijão, município de Quixadá, onde trabalhavam na propriedade pagando renda do algodão. Cerca de 15 famílias decidiram se unir e não pagar mais renda. Tinham por obrigação trabalhar 3 dias na fazenda. Não se podia vender nada se não fosse ao patrão. Essas famílias sofreram muito, mas, em agosto de 1989, o MST, representado por Fátima Ribeiro, reuniu as pessoas das fazendas. Decidiu-se procurar terra para trabalhar. Essa representante informou que voltava para avisar o dia de ocupar uma fazenda. No final de agosto, ela voltou e disse que, no dia 1º de setembro de 1989, iriam ocupar uma fazenda.

No dia 1º de Setembro de 1989, à noite, chegou um veículo para levar aqueles trabalhadores diretamente para a fazenda Logradouro. Lá ficaram acampados e receberam o apoio de muitas pessoas de Madalena, Quixeramobim, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Canindé, do INCRA, dentre outros. Na fazenda Logradouro, houve a presença de policiais, mas não ocorreram grandes conflitos. Devido ao grande número de famílias acampadas em Logradouro, foram retiradas famílias para completar o assentamento Tiracanga. No dia 27 de dezembro de 1989, as fazendas Tiracanga e Logradouro passaram a ser assentamento Tiracanga Logradouro. Foram 119 cadastros realizados, sendo 62 destes no Tiracanga.

Desse modo, vale destacar inicialmente que este assentamento, antes denominado por fazenda Logradouro, tinha como último proprietário o Sr. José Maria, que, de acordo com o relato do Sr. Luís Eduardo, ex-gerente desta fazenda, tratava de maneira hostil seus moradores. Nessa propriedade, as condições de trabalho eram mínimas, e a terra destinada ao plantio também não era suficiente para a subsistência das famílias.

Para a desapropriação da fazenda Tiracanga Logradouro, a Igreja de Aratuba contribuiu de maneira significativa. A atuação desta manifestou-se principalmente por meio do padre Moacir. Também colaboraram, no processo de desapropriação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, criado nos anos 1970 (BARQUETE, 2003), e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A partir dos conflitos desencadeados na fazenda, a Igreja, juntamente com o sindicato e o MST, se articulou no sentido de ajudar esses trabalhadores a atingir seus objetivos.

Vale salientar que a CPT contribuiu de forma direta ou indireta para o processo de formação do assentamento desde o início, quando os moradores da fazenda realizavam as primeiras reuniões, escondidos do patrão. Na ocasião, debatiam a questão de uma possível formação do assentamento; contavam com apoio importante da conselheira da CPT, chamada Luizinha, e da irmã Clarice, que contribuiu desde a época das reuniões até os dias atuais.

Foi nesse contexto que surgiu o assentamento Tiracanga Logradouro, a partir da desapropriação da fazenda por interesse social no dia 27 de dezembro de 1989. A maioria dos assentados do assentamento possui origem no município de Canindé, comunidade de Larjinha, localidade próxima, e do município de Quixeramobim. Sobre outras pessoas que residem no assentamento, obteve-se a informação de que ainda residem no assentamento cerca de cinco pessoas que chegaram a trabalhar quando o Tiracanga Logradouro era uma fazenda.

O INCRA forneceu ajuda ao assentamento somente após cinco anos. Atualmente, o assentamento possui 51 famílias, e cada uma delas tem direito a 23 hectares, que são as chamadas parcelas.

Em suma, o Brasil apresenta uma das mais elevadas taxas de concentração de renda do mundo. Esse fato, de forma direta ou indireta, reflete no aspecto social do país, conforme examinado neste capítulo, em que se discutiram índices que mostram a condição da posse da terra, práticas agrícolas, trabalho, créditos, saúde, educação e rendimentos.

A situação de injustiça social é mais acentuada na região Nordeste. O assentamento Tiracanga Logradouro, em Canindé, Ceará, simboliza uma tentativa de indenizar uma parcela da população dessa região pelas injustiças sofridas ao longo dos anos, porém, para que esse projeto de assentamento obtenha êxito, necessita-se de maior assistência por parte do INCRA e demais órgãos governamentais, para que tenha melhores condições de vida para as famílias que lá estão assentadas.

5 OS TERRITÓRIOS DE TIRACANGA LOGRADOURO

Neste capítulo, buscar-se-á descrever o assentamento Tiracanga Logradouro, seus múltiplos territórios (RAFFESTIN, 1993), domínios e relações (TUAN, 1983) constituídas no assentamento ao longo dos seus 19 anos de instalação (1989-2008).

Para a realização deste trabalho, foi fundamental a colaboração de cada morador que ajudou, de alguma forma, com a pesquisa (respondendo aos questionários e entrevistas semiestruturadas; conversando). As falas dos assentados de Tiracanga Logradouro são as principais fontes de informação da pesquisa. Elas criam uma realidade que, no texto, será “identidade deste assentamento”.

5.1 Do lugar ao território

LUGAR (gr. ΤÓΡΙΟΝ; lat. Locus), o lugar de que trata Erasmo é posto pela “[...] simplicidade da vida, que se satisfaz nutrindo ilusões e esperanças; ou, no campo da religião, é a fé e a caridade contrapostas às cerimônias exteriores, aos ritos mecanizados e à hipocrisia dos grandes banquetes” (ABBAGNANO, 1998, p. 632). O lugar é uma experiência existencial e humana. Não é shangrilá. Não é inspiração divina. É um canto no mundo sublunar, mundo humano, laico. (ABBAGNANO, 1998).

Sabe-se que a existência de laços de afetividade que mantêm a ligação do homem – abstrata ou concretamente – ao lugar vivido passa a despertar sentimentos e provocar relatos e referências verbais e/ou escritas de poetas, assim como de cidadãos comuns no sentido de que estes buscam evocar o sentido pleno dos lugares, a fim de captar e descrever o desempenho dos seres humanos, a fixação aos lugares, o cotidiano, o transcendental, a nostalgia, enfim uma gama ampla de motivos e emoções.

Vale ressaltar que, com base nas experiências vivenciadas pelo homem no seu cotidiano, um conhecimento geográfico, de acordo com a forma de compreensão do lugar, revela uma familiaridade com o ambiente local de forma conceituada. Por outro lado, o conhecimento geográfico pode ter outro significado e, assim, ser utilizado para outras finalidades – não somente para localização com finalidade de obter recursos materiais.

Nessa perspectiva, o saber geográfico pode ser empregado para adquirir o conhecimento dos costumes; cultura de outros povos; história de vida. Isso contribui também de maneira significativa para o crescimento cultural (social) dos lugares que realizam essas trocas.

As relações de intimidade que o homem adquire com o lugar tornam-se mais visíveis e podem ser mais bem expressas quando este homem entra em contato com outros lugares e passa a sentir dificuldades de se adaptar ao novo ambiente que visita.

Todo lugar apresenta características intimamente relacionadas à população local. Vale dizer que, neste ambiente, poderão surgir espaços diferenciados de acordo com as características particulares do grupo que manifesta maior relação e, conseqüentemente, maior atuação na construção, o que possibilita existir vários lugares em determinado espaço.

Nesse contexto, percebe-se que necessidades de sobrevivência, defesa do território e ligações com o espaço (lugar), podendo conter afetividade ou não, representam algumas das razões que motivam as pessoas a conhecerem mais profundamente seu espaço.

O espaço geográfico possui um conceito abstrato, isto é, um conceito que pode transcender o que se imagina. Já o território é a apropriação de parte deste espaço geográfico para um ou demais indivíduos, a fim de atender a uma determinada finalidade (proteção, sobrevivência etc.). “Quando o espaço passou a ser representado implica dizer que o espaço passou a ter uma imagem, passou a ser a imagem do território vivido” (RAFFESTIN, 1993, p.147).

Existem várias maneiras de compreender a construção territorial a partir do entendimento de como se formam as tessituras, nós ou redes (RAFFESTIN, 1993). As redes são estabelecidas em todos os ambientes, sejam elas visíveis, sejam invisíveis. O Estado, direta ou indiretamente, influencia na produção de redes para a efetivação do território formado.

Assim, ao se analisar alguns casos de constituição de redes fixas ou móveis desde exemplos globais até exemplos locais, poder-se-á afirmar que a interferência e a escolha por motivos exclusivamente políticos podem ajudar determinados territórios a receberem maior projeção do que outros (RAFFESTIN, 1993).

Neste sentido, entende-se que a formação do sistema de malhas, redes e nós não seja única, isto é, existe mais de uma finalidade que vai ampliando as interligações entre as redes, baseadas estas no interesse que motiva a formação de outras redes, nós e malhas.

A formação do território constitui-se num marco inicial que suscita a necessidade de seleção de partes deste território visando à construção das redes, fato imprescindível para

que o território funcione. Raffestin (1993) chama atenção para o fato de que há também a produção de redes ligadas a decisões de um grupo, seja ele com interesse político, seja ele com motivação econômica.

Vale ressaltar que a sociedade, dentro de uma configuração espacial comum com os poderes público e privado, produz esta estrutura complexa e, ao mesmo tempo, organizada; não sendo possível deixar de estruturar este campo operatório.

Ao constituírem seus territórios, os grupos ou indivíduos podem estabelecer redes, nós e teias que podem estar integradas de diversas formas. Isso depende apenas de fatores como: ligação física (material), geográfica e, até mesmo, possibilidade de concretude desta atividade.

Este interesse é condicionado por escolhas do poder público e/ou iniciativa privada. Porém a interação de diversos fatores e interesses locais, regionais, e até globais, que, ao formarem esta rede (teia) de interações entre as várias partes, constituem, de algum modo, o território, que pode ser observado e comandado por alguns grupos de indivíduos.

O fortalecimento destas redes, nós, tessituras contribui para criar, internamente, relações de poder entre os interessados que podem ser realizadas de forma diferenciada, mas com interesses que unem aqueles que desejam o poder.

Todos os indivíduos representados ou não por instituições maiores como o Estado, direta ou indiretamente produz, cria e recria o território. Porém vale ressaltar que o Estado possui maior capacidade para recortar e reproduzir novos territórios a partir de interesses políticos ou econômicos.

Discutir sobre território, segundo Raffestin (1993), implica, direta ou indiretamente, uma noção de limite, pois o território, de certa maneira, é limitado pela relação/produção individual ou coletiva que mantém com parte do espaço. Consequentemente, necessitará ser delimitado como condição para sua existência. Esta delimitação será orientada por objetivos estabelecidos, considerando-se os limites impostos pelo território.

Vale salientar que, à medida que estas ligações (redes, nós, tessituras etc.) começam a interagir, será sua intensidade de fluxos e de trocas que responderá o quanto será relevante para a demonstração da importância deste território em relação a outros. Ressalta-se que estas ligações sempre se superpõem várias vezes até se chegar a um patamar em que este território revela seu valor.

Para Raffestin (1993) o sistema territorial possui duas representações: uma como meio, quando denota um território, uma organização territorial com formato que lhe é

característico; e outra como fim, na qual conotará a ideologia da organização, pela qual se expressarão os objetivos estabelecidos.

Assim, entende-se que o homem vive o processo territorial quando é ator desse processo, contribuindo para a construção do território. Ele vive o produto territorial quando tem sua vida condicionada pela tessitura territorial. Apesar de o homem ter participado para a produção desse território, existem outros interesses de caráter político ou econômico que lhe são alheios e influenciam direta ou indiretamente as relações, tanto existenciais quanto produtivistas. Essas relações são marcadas pelo poder. Atuam como modificadoras tanto das relações com a natureza como das relações sociais.

De acordo com Raffestin (1993, p.160): “[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

“A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações [...] é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). Desse modo, presente em todas as escalas espaciais e sociais, a territorialidade apresenta duas faces contraditórias e, ao mesmo tempo, inerentes, uma vez que, se por um lado as relações que as constituem produzem vizinhanças, acessos, convergências, por outro lado criam disjunções, rupturas e distanciamentos a serem assumidos pelos indivíduos e grupos. Vale ressaltar que, desde o início, o poder marcará a produção desse sistema territorial.

5.2 Os territórios do assentamento: apresentando o cenário

O conhecimento dos territórios do assentamento Tiracanga Logradouro foi obtido mediante realização de entrevistas semiestruturadas e da observação direta na comunidade quando da realização de visita às famílias do assentamento e de caminhada para conhecer os lugares principais como: a casa sede, o açude etc.

Destaco, de maneira especial, a participação da assentada Antônia Antonieta Santana da Silva, que ajudou de maneira significativa fornecendo dados importantes que, na maioria das vezes, não estava documentado. Ela atuou como uma porta-voz do assentamento e colaborou para que se conhecesse o histórico da formação do assentamento a partir de relatos de sua história de vida, pois ela participou de todas as etapas para a formação do assentamento.

Dentre os territórios do assentamento identificados pela pesquisa serão destacados dois como principais para discutir: as associações rurais e o grupo de jovens. Inicialmente, vale ressaltar que o trabalho realizado pelo grupo de jovens do assentamento também foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, já que, a partir de um documento produzido por iniciativa deles, obtiveram-se outras informações sobre o histórico do assentamento Tiracanga Logradouro.

No que concerne à organização do assentamento, destaca-se que uma das primeiras inquietações que tive durante a pesquisa foi entender a razão pela qual o assentamento Tiracanga Logradouro, apesar de ser um dos assentamentos mais antigos do município de Canindé, divide-se em duas associações de produtores rurais: Associação dos Pequenos Produtores de Tiracanga I e Associação dos Trabalhadores Rurais de Tiracanga II.

Ambas as associações promovem reuniões com a comunidade em que os associados participam e tomam as decisões em relação às atividades a serem desenvolvidas no assentamento. Uma vez por mês, acontece uma assembleia. Destaca-se o fato de a participação dos homens ser mais frequente do que a de mulheres e jovens.

A diretoria é composta pelos seguintes membros: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, conselho fiscal efetivo composto por três membros; e o conselho fiscal com três membros suplentes. A diretoria tem por função encaminhar as deliberações feitas nas assembleias, assim como passar as informações do meio externo para o meio interno do assentamento, promovendo discussões do interesse dos assentados.

Na concepção de Bergamasco e Norder (1996, p. 59-60): “As associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária, como: bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc”.

Ao iniciar a entrevista com a assentada Antonieta, perguntei o motivo que levou o assentamento a dividir-se em duas associações. Segundo o relato dela, isto ocorreu porque, no processo de formação do assentamento, existiam mais de 100 famílias residentes e havia reuniões com o intuito de informar aos assentados sobre o que acontecia, fatos importantes, como a emissão dos títulos de propriedade, abertura de linhas de crédito para os assentados etc.

Segundo a assentada, o problema foi gerado porque não havia ainda a formalização de uma associação junto às entidades governamentais e privadas. Além disso, as reuniões terminavam, muitas vezes, tarde da noite, chegando a terminar pela madrugada, e

poucos assentados tinham a oportunidade de falar. Dessa forma, havia a dificuldade de colocar todas as ideias para serem debatidas nas reuniões.

Então, os próprios assentados começaram a refletir sobre a possibilidade de desmembrar a associação em duas, para que assim estas decisões fossem expostas e debatidas em locais diferentes.

Após muita discussão, os assentados levaram esta proposta inicialmente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé (STR) e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), já que essas instituições observaram que a situação não era muito agradável, pois as reuniões eram extensas e, ao mesmo tempo, o espaço para debates era de pouca oportunidade para os assentados exporem suas opiniões junto aos demais assentados.

Ressalta-se, porém, segundo Antonieta, que a divisão ocorreu somente na parte jurídica, já que todos os meses são realizadas reuniões gerais e existe um canal de comunicação entre as associações. Quando interrogada sobre a possibilidade de existir uma divisão de forças e um processo de desmobilização no assentamento em decorrência da divisão das associações, a assentada comentou que:

[...] não, fez foi melhorar, viu? Fez foi melhorar porque até mesmo com as duas associações... nós vamos supor, quando os primeiros projetos saíam, vamos supor que saiu para as duas ao mesmo tempo então, aí vinha a comissão das duas, junto, né?, ia fazer as compra e prestava conta, então, faz ali as compra, vamo supor para a compra do gado que vinha do Quixadá, do Quixeramobim, aí juntava as comissão do Tiracanga I, da associação do Tiracanga II, todo mundo junto ali resolvia tudo ali que era da família toda, né?, nunca teve assim de dizer não isso aqui você não, o resto a gente comunica [...] (Antonieta, membro do assentamento Tiracanga Logradouro II).

Na visão de Martins (1994), existe uma origem e/ou motivação para o desencadeamento da organização, que deverá também se dar por meio de etapas, conforme afirma:

Para organizar o assentamento, deve-se explicar, reunir, mobilizar os companheiros, mas é sobretudo a necessidade que leva a organização. É o atendimento de suas necessidades familiares e coletivas que buscam através da cooperação e da solidariedade. Apesar de muitas dificuldades e das diversas opiniões, vai se formando um consenso. (MARTINS, 1994, p. 34).

Sobre o mesmo assunto, Martins (1994) enfatiza que:

Nesse processo de discussão vai se configurando a necessidade da associação (enquanto direção única que planeja e orienta as diversas atividades com vistas a objetivos comuns) e das comissões de trabalho (enquanto coordenação que divide tarefas, controla o serviço de modo a aproveitar a capacidade de todos e de cada um. (MARTINS, 1994, p.35).

Vale destacar que o início do trabalho no assentamento foi muito difícil, pois, apesar de já saberem como trabalhar a terra, a maioria dos trabalhadores não entendia como era trabalhar como assentado. Um exemplo dessa falta de experiência ocorreu quando o primeiro investimento realizado pelos assentados foi mal sucedido.

No início da criação do assentamento, as famílias, mediante recursos adquiridos por meio de crédito do Banco do Brasil, do Projeto São José e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), compraram rebanhos de asininos e caprinos vindos do estado de Goiás. Estes animais não se adaptaram ao clima local. Apesar do esforço das famílias em manterem o rebanho vivo, muitos morreram ou tiveram que ser vendidos a um preço baixíssimo para não virem a perder tudo o que haviam investido. O fracasso desse investimento, dentre outros fatores, como o climático, se deu pela inexistência de assistência técnica. Isso pode ser constatado mediante relato dessa assentada:

[...] o primeiro projeto deu um prejuízo enorme porque o gado que veio pra nós veio de Goiás, aí de Goiás não tem como do um lugar de Goiás, criado no verde, né? Pisando no verde, andando numa grama verde se dá com um clima aqui de quarenta (40) graus, no sol, né? Então a gente começou a ter prejuízo, então a gente começou a ter prejuízo, a gente já ficou com medo, não, pra nois, não porque se este projeto se num der certo, então, como é que vai ficar nois? De mudança? [...] (Antonietta, membro do assentamento Tiracanga Logradouro II).

Devido a esta dificuldade inicial, de não saberem organizar-se para o desenvolvimento das atividades agrícolas como assentados, acabaram acatando opiniões de muitas pessoas sobre o que deveria ser feito para mudar esta situação. No início, foram os técnicos da Ematerce, sindicato, Incra e gerentes de banco que sugeriram ideias.

Por sua vez, foi ressaltado ainda que os técnicos da Ematerce e do Incra ajudaram no início da etapa de criação do assentamento. Porém, não houve um acompanhamento de forma sistemática, tendo sido executado somente durante a realização do projeto. Depois, os assentados sentiram-se sozinhos na nova fase, pois os técnicos não vieram verificar o andamento dos projetos.

Na concepção de Feitosa (2002), a organização no assentamento deveria ser constante, e não apenas se manifestar a partir do desencadeamento de um problema.

Porém, segundo a entrevistada, o assentamento atualmente consegue executar as atividades sem maiores problemas e, quando um técnico ou outra pessoa querem mostrar sua opinião, os assentados só aceitam se aquilo que estão propondo para o assentamento estiver dentro das possibilidades. Esse novo entendimento indica que os assentados estão se colocando na posição de impor limites a estas opiniões, pois eles têm conhecimento do que deve ser feito.

Feitosa (2002) alerta para o fato de que:

A organização no assentamento caminha, quase sempre ao sabor das necessidades surgidas, que muitas vezes exigem soluções urgentes, não sendo fruto de reflexões coletivas a partir da identificação dos problemas e das potencialidades que, se solucionados ou aproveitados, possibilitariam modificações estruturadoras da vida no assentamento. (FEITOSA, 2002 p. 106).

Maria Antonieta de Souza, no desenvolvimento de sua tese sobre a cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados, destaca, com base no Caderno de Formação do MST nº 21 (ver Tabela 3), que podem ser de várias formas a cooperação agrícola nos assentamentos como, por exemplo: grupos de famílias; associação ou grupos de máquinas; grupo de produção semicoletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa de comercialização; cooperativa de produção agropecuária (CPA); condomínios e cooperativas de crédito rural. A referida autora também apresentou, com base no Caderno de Formação nº 20, a distinção entre: grupo coletivo, associação e cooperativa.

Tabela 3 – Caracterização de grupo coletivo, associação e cooperativa

CARACTERÍSTICAS		GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA		Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e, às vezes, também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº DE SÓCIOS		Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº mínimo exigido por lei: 2
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES		Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembleia	Assembleias. Conselhos dos representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM		Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos * Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamentos das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA		Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semicoletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	DO	No máximo, multirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	E	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

Fonte: MST 1993 apud SOUZA, s/d.

Em outro momento, durante a realização das entrevistas, questionou-se a relação entre o assentado que é sócio da associação e o não sócio. Foi perguntado se havia diferenciação ou confusão por conta dessa relação, pois nem todos os membros do assentamento são, obrigatoriamente, sócios das associações. Estes informaram que existem algumas pessoas que preferem não serem associados. As associações solicitam o pagamento da taxa de um real por mês para cada associado.

Os projetos são adquiridos pelos associados de maneira individual e coletiva, porém aquele que não for sócio, mas deseja adquirir um projeto, terá esse direito, porém terá que contribuir de alguma forma.

Outros projetos implantados dizem respeito ao Projeto São José (luz em casa do governo do estado, que ocorreu no início da criação do assentamento). Estes projetos são promovidos com a ajuda de alguns órgãos do governo, pastoral da igreja católica e movimentos sociais como: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE).

Sobre quais cursos teriam participado, apontaram: cursos de manejo de ovinos e caprinos e de apicultura (criação de abelhas), de radialista e jornalismo pelo MST e farmácia viva pelo INCRA. Também participaram de atividades realizadas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial.

Sobre que equipamentos disponibilizavam para a execução de suas atividades de agricultura, responderam que só possuíam equipamentos rudimentares como enxada e foice. Além disso, existe um trabalho junto ao assentamento de conscientizar os assentados sobre o uso de outros equipamentos, para que o solo não seja manejado de forma errada.

Sobre os equipamentos agrícolas utilizados para o manejo da terra, foi destacado que, no início, os assentados utilizavam todos os recursos conhecidos para preparar a terra para o plantio – por exemplo: trator, broca e queimada.

Ficou constatado que, nos dias atuais, os assentados têm maior discernimento do que está acontecendo. Por isso, não utilizam o trator nas práticas agrícolas devido ao solo ser tão frágil. Outro fato positivo observado foi o interesse por: recuperação da terra, utilização de adubo orgânico, retirada dos agrotóxicos das práticas agrícolas e recuperação das nascentes mediante práticas de reflorestamento.

Para que existisse essa mudança de mentalidade, segundo Antonieta, foi essencial a conscientização de cada um dos assentados, embora ainda existam exemplos isolados de práticas como a queimada (ver figura 16) para o preparo do solo para o plantio, conforme observei na chegada ao assentamento.

Figura 16 – Queimada



Fonte: CASTRO, 2009.

Contribuiu para essa nova maneira de trabalhar a terra a assessoria de organizações não governamentais como o Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), que auxiliou o assentamento mediante palestra, capacitações etc. Antonieta afirmou que já participou de várias capacitações e sente-se muito contente por repassar o conhecimento obtido para cada um dos assentados. Destaca ainda que cada capacitação é como se estivesse aprendendo de novo e que estas capacitações têm apresentado bons resultados.

O assentamento nos dias atuais não conta com lideranças políticas que exerçam influência sobre ele. No caso, a luta por melhorias no município de Canindé é uma das causas

levantadas pelos assentados. Aspira-se, assim, à conquista de melhorias em suas condições de vida.

Nota-se que o assentamento sempre busca apoiar candidatos de uma linha de pensamento de esquerda, com destaque maior para candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, ainda não conseguiram eleger prefeito que pertencesse a esse partido, mas já conseguiram eleger um vereador do PT na administração passada (2005-2008). Foi o ex-vereador Celso Crisóstemo, porém, no período eleitoral de 2008, o político candidatou-se a prefeito, mas não conseguiu eleger-se.

Sobre a questão das lideranças políticas, a assentada Antonieta afirma:

[...] ainda que se fosse esperar por alguém, confiaria principalmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, na Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA e no Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, pois, se for esperar só pelos políticos, o assentamento não se desenvolve. (Antonieta, membro do assentamento Tiraçanga Logradouro II).

No tocante à temática da assistência técnica, salienta-se que o pensamento de Medeiros (2003), o qual afirma que não são apenas os trabalhadores de terra e suas entidades de representação e apoio que estão envolvidos no processo de assentamento, mas há também outros atores que diretamente estão envolvidos e são determinantes para sua conformação, por exemplo: o INCRA, atualmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); os institutos estaduais de terra; as secretarias de agricultura e seus organismos de assistência técnica; prefeituras; o Poder Judiciário; organizações não governamentais voltadas para o apoio e assessoria aos trabalhadores ou especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento etc.

Sobre a situação da assistência técnica no Tiraçanga Logradouro, foram constatados, na fala dos assentados entrevistados, problemas como, por exemplo, descontentamento em relação ao trabalho desenvolvido pela assistência técnica em decorrência da metodologia de trabalho. Segundo os assentados, existe todo um discurso acerca das maneiras pelas quais se deve desenvolver um projeto. São apresentadas formas de como implantá-lo na comunidade, entretanto não há preocupação de indicar qual destes modos seria o mais viável para ser adotado no assentamento, visando à qualidade no desenvolvimento dos projetos.

Em relação a outros problemas existentes, vale destacar que, durante a viagem para o assentamento, percebi que a estrada não possui bom estado de conservação. De acordo

com o conteúdo das entrevistas analisadas, isso se deve à falta de compromisso do poder público responsável pela conservação e manutenção da estrada, no caso, a prefeitura de Canindé.

Segundo os assentados, todos os tipos de documentos solicitando a conservação da estrada já foram enviados, seja por parte do assentamento, seja por parte do sindicato. Até audiência pública foi realizada sobre o tema, mas os pedidos não foram atendidos.

Foi constatada também a falta de articulação entre a Secretaria de Agricultura do município de Canindé e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, pois a falta de comunicação, por algumas vezes, impediu que fossem repassadas maiores informações sobre assuntos importantes como: assistência técnica, crédito, atendimento para os assentados etc.

Sobre a origem dos assentados, destaca-se que a maioria é proveniente do próprio município de Canindé, mas também existem cadastradas pessoas de outros municípios como Quixadá, Choro, Aratuba etc.

Sobre a religião dos assentados e a existência de igrejas, percebe-se que não existe igreja construída, mas existem planos para a construção de uma capela. Enquanto aguardam a construção, as celebrações religiosas, quando ocorrem, são realizadas em frente à casa-sede, na porção central do assentamento. Ressalta-se que existem assentados evangélicos, mas a predominância é da religião católica. Foi constatada inexistência de intolerância religiosa na comunidade.

Sobre a atuação atual das instituições, percebeu-se que o INCRA tem participado mais ativamente. Está sendo iniciado um projeto de formação de um núcleo unindo todos os assentamentos da região de Canindé, onde está localizado o assentamento. Vale ressaltar que este será um núcleo reunindo 12 assentamentos, onde haverá um rodízio de reuniões para que cada assentamento da região possa participar.

Esta reunião dos assentamentos será importante para seu desenvolvimento, pois, com a união dos assentamentos, será possível estudar formas de melhorar as condições de vida dos assentados e verificar os acertos e falhas.

Segundo Antonieta, para que este projeto tenha sucesso, será imprescindível que todos participem, desde a criança até os mais velhos, para que o filho do assentado e os jovens possam dar continuidade a este trabalho que será desenvolvido por todos do assentamento, pois as idéias, os planos de prosperar no assentamento não podem ficar restritos a um determinado grupo.

Para isso, é necessário que a juventude do assentamento sinta prazer em construir seu ideal de vida na comunidade que habitem. Salienta-se que esta atividade torna-se ainda mais importante, contribuindo assim para diminuir o êxodo rural no assentamento.

Este projeto tende a valorizar a figura do assentado e ajuda a construir uma identidade, fazendo com que os assentados trabalhem para a melhoria das condições de vida no assentamento. Mas, se não puder realizar este trabalho de forma direta, é importante que o assentado busque incentivar seus filhos a realizar esta atividade a fim de que possam gerar um sentimento de pertença ao assentamento.

Segundo Antonieta, o INCRA hoje possui uma visão diferenciada do assentamento em relação à época em que foi iniciado o processo de desapropriação, pois o assentamento não possuía muitos recursos financeiros e técnicos:

[...] só existia um açude, né? Tudo seco, os quintais limpinho [...] água, imagine buscar no assentamento Logradouro, distância mais de 10 quilômetros. Água pra beber ou então na Queima Nova, que hoje é assentamento, mas era comunidade, distância de 15 quilômetros num animal [...] (Antonieta, membro do assentamento Tiracanga Logradouro II)

Porém, a situação atual do assentamento é bem melhor do que em outras épocas, devido à luta dos assentados em buscar os recursos necessários para melhoria da sua condição de vida e, assim, conquistar benefícios para o assentamento como um todo.

Acreditando também na importância do sentimento de pertença e valor por esse novo espaço social, Alencar (2000, p. 74) considera que: “Há uma forte relação entre a história de vida de cada comunidade e sua organização. Uma se reflete na outra. Somente deste modo pode-se compreender e perceber a real organização na sua essência, no seu concreto”.

No aspecto tangente à moradia, vale ressaltar que todos os assentados possuem casas de alvenaria. A última casa de taipa era utilizada como depósito de sementes, mas foi constatado que essa estrutura está em processo de reforma e também passará a ser uma casa de alvenaria, onde será abrigado o projeto casa de sementes (ver Figura 17), apoiado pelo Esplar.

Figura 17 – Construção da casa de sementes



Fonte: CASTRO, 2009.

Outro fato interessante de ser observado foi a presença de televisor na maioria das casas, normalmente acompanhadas da antena parabólica (ver Figura 18). Também foi notada a presença de motos no assentamento e, em alguns casos, segundo a própria Antonieta, é também utilizada por alguns moradores do assentamento para “tanger o gado”, substituindo o lugar do cavalo ou do jegue nessa função.

Figura 18 – Casa de alvenaria



Fonte: CASTRO, 2009.

Com relação à relação familiar, estas mostrou-se que, segundo a análise dos questionários e a observação da convivência das famílias, não há grandes problemas quanto à ocorrência de brigas, intrigas ou intolerância religiosa. Nem tampouco apontaram problemas relacionados à vinda de pessoas de fora do assentamento.

Ainda sobre o aspecto familiar, é importante salientar que estas famílias se encontram menos numerosas em relação às décadas anteriores, mesmo levando em consideração que se está numa zona rural, pois, em média, cada família apresentava de 3 a 4 filhos.

Vale destacar que o assentamento baseia-se na agricultura de subsistência, isto é, no plantio do milho e do feijão. No entanto, está havendo uma diversificação na produção, sendo inseridas as culturas do algodão e da mamona, em módulo consorciado, isto é, plantadas dentro de um mesmo espaço, com o objetivo de diminuir as perdas com a chegada de uma praga na lavoura ou mesmo por irregularidades climáticas.

Ainda sobre este assunto, destaca-se que, em algumas casas, foi verificado o plantio de hortaliças, como: cheiro-verde, pimentão, coentro e pimenta-do-reino. Também

encontrei nos quintais de algumas casas algumas árvores frutíferas, como, por exemplo, a banana (ver Figura 19).

Figura 19 – Plantio de bananas



Fonte: CASTRO, 2009.

Salienta-se que, embora seja uma lavoura de ciclo curto, e também por ser voltada para a subsistência da família, este cultivo, quando produz excedente, é comercializado nos armazéns e na feira do município de Canindé. As famílias utilizam o dinheiro obtido com a venda do milho e feijão para comprarem remédios, alimentos, roupas etc.

5.3 O lugar no Tiracanga: o sentimento de pertencimento ao lugar

Inicialmente, ao refletir sobre o lugar, se percebe que este possui diferentes valores. Vale ressaltar que esta diferença pode gerar “conflitos de pensamento” entre as

categorias de análise da Geografia como, por exemplo, o território. Já que, se por um lado, o lugar possui valor comum para um indivíduo e irá ser construído de inúmeras formas e/ou maneiras, por outro lado o território terá sua origem baseada em um pensamento conciso, formado por determinado grupo de pessoas. Então, o lugar está ligado a uma caracterização particular que o indivíduo estabelece a partir da afetividade e sentimento que possui em relação ao lugar.

Assim, o lugar representa áreas às quais se atribui valores como identidade, amor, sentimento. Enfim, são locais onde existe uma ligação de identidade expressa, principalmente, pelo sentimento, afetividade com o espaço que pode ser simbolizado por uma região, cidade ou até nossa casa (BACHELARD, 1979).

Vale frisar que este lugar não se constrói de maneira indiferente, é parte do sujeito. Sujeito que para a Geografia Clássica de Kant é sinônimo de consciência individual ou indivíduo. Desse modo, pode-se dizer que o espaço geográfico em si possui inúmeras características, muitas vezes sem semelhança com o pensamento em certos momentos. Já o lugar é aquilo que só o “eu”, no íntimo de cada pessoa, pode descrever. Este lugar pode não apresentar importância para a maioria das pessoas, porém tem algum valor especial, que pode ser identificado devido à capacidade de construí-lo ao longo do tempo.

Por isso, é possível afirmar que o lugar é uma das categorias de análise que possui maior afinidade com o indivíduo, pois trabalha algo que lhe está muito próximo, que é o sentimento criado a partir daquele lugar. Além disso, existe a identidade, que é construída de acordo com os desejos, e o trabalho deste indivíduo que vive em sociedade.

Experiência, palavra comum em nosso dia a dia, que pode ter várias definições. Segundo o dicionário Michaelis (2007), pode significar: ato de experimentar, conhecimento adquirido, ensaio prático, experimento, tentativa, habilidade.

Mas, afinal, para que serve a experiência pensando na perspectiva da Geografia? Sobre este pensar, experiência significa apreender o conhecimento sobre determinado espaço e a partir deste determinar como aproveitá-lo em nosso benefício e da natureza geográfica.

A partir da experiência (acertos e erros), o homem produz seu espaço vivido. Possibilita que este tenha percepção sobre o tipo de espaço que vive; como se dá o processo de construção do espaço, etc. Tenta resolver questões postas para melhorar a eficácia e direcionamento de sua vida.

A produção do espaço geográfico é um dos produtos de experiência humana imprescindíveis à inter-relação entre sentimento e pensamento, pois ambos são necessários para que o homem produza este lugar (TUAN, 1979).

A experiência constrói produtos importantes no espaço. Neste espaço, o indivíduo pode sentir-se livre, entretanto o mais importante é transcender esta simples condição de movimentar-se.

Canto, quem nunca ouviu esta expressão: “Eu vou para o meu canto!”. Ou então: “No canto, aqui é o meu lugar”! Dificilmente, nunca tenhamos nos deparado com estas expressões, ou até nós mesmos a tenhamos pronunciado. Hoje, mesmo com esta vida atribulada e excessivamente urbana, às vezes, parece que nós sempre estamos procurando um lugar, ou melhor, um canto para nos sentirmos bem, em harmonia, com amor e principalmente paz (BACHELARD, 1979).

Poder-se-ia afirmar que a própria casa é o canto. Atribui-se esta escolha ao fato de a casa oferecer ao homem uma sensação de segurança, além de permitir-lhe descansar e sentir-se protegido e acolhido pela família. Mas, muitas pessoas preferem outros locais para denominarem como canto, como, por exemplo, até mesmo lugares abertos como: praças, vias, fazendas. Enfim, trata-se de uma questão de identidade que cada indivíduo constrói e vai expressar ao longo de sua vida.

Assim, podemos achar que nossa casa simbolize um lugar, um canto, porque neste canto existem condições que possibilitam a sensação de tranquilidade, espaço, que favorece a permanência nesse lugar. Deve-se frisar que a existência da afetividade com o lugar contribui para o surgimento do sentimento de pertencimento, refletindo-se na defesa desse canto como seu, como algo que existe para satisfazê-lo (BACHELARD, 1979; TUAN, 1979).

Vale ressaltar que o meu canto possui uma simbologia diferente para cada indivíduo. Cada um escolhe o seu, representando parte importante da construção de nossa identidade como pessoa e/ou como sociedade (BACHELARD, 1979).

Por meio da relação de identidade que o homem mantém com o lugar, se expressa o sentimento de pertencimento, o qual pode ser traduzido de alguma forma, por exemplo, pela maneira escolhida de organizar o espaço.

Vale destacar que este lugar, o canto, além de ser local de nossa proteção, também representa o local de nossa imobilidade como seres, onde muitas vezes nos recolhemos a lugares tentando nos proteger de algo que nos queira prejudicar. Apesar deste caráter de proteção e ao mesmo tempo de imobilidade, é bom lembrarmos que o canto faz parte da construção do eu, como indivíduo coletivamente e/ou individualmente.

5.4 O mundo vivido do Tiracanga

Neste tópico, buscar-se-á apresentar aspectos relacionados ao mundo vivido do assentamento Tiracanga Logradouro. Uma forma de valorizar as singularidades culturais locais do Tiracanga consiste nas atividades desenvolvidas pelo grupo de jovens (ver Figura 20), como, por exemplo, as apresentações de danças, teatro, quadrilha, coroação de Nossa Senhora. Contribui para a discussão sobre a cultura Claval (2007, p. 106) ao enfatizar que o indivíduo é moldado pela cultura.

Figura 20 – Dança do grupo de jovens



Fonte: CASTRO, 2009.

Nas famílias do Tiracanga, ainda pode ser observado, apesar da mudança de valores que ocorre nos dias atuais, um comportamento que indica relação de respeito, companheirismo, carinho, amor, responsabilidade, honestidade. Foi observado que, nas casas, é muito valorizada a opinião declarada pelo pai, reconhecido como chefe da família e provedor desta.

Foi percebido, durante a realização das entrevistas, um comportamento passivo de algumas mulheres em relação ao dos homens. As mulheres demonstraram

comprometimento com o bem-estar familiar colocando este compromisso acima da realização de desejos individuais, que poderiam afetar negativamente o bem-estar da família. Os filhos demonstravam sentimento de respeito por seus pais. Além disso, ajudam seus pais, seja na casa, mediante a realização de tarefas domésticas, seja no roçado prestando auxílio ao pai no trabalho da agricultura, tanto na etapa da plantação, quanto na da colheita.

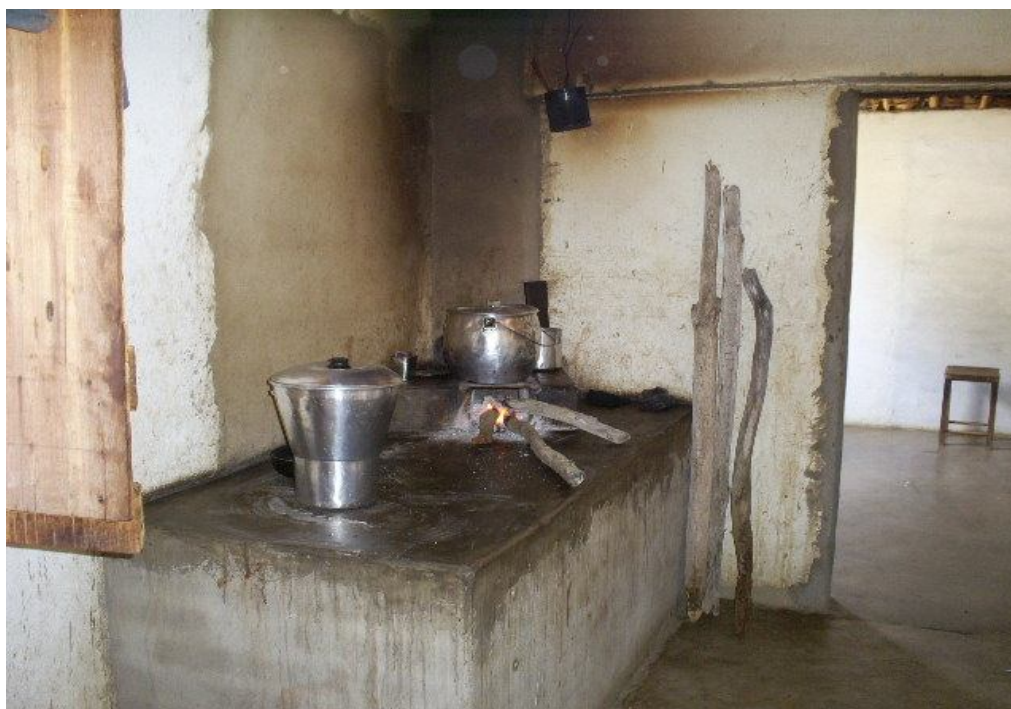
Essa dedicação é recíproca. Os pais também se preocupam bastante com seus filhos e demonstram interesse de vê-los em uma melhor situação de vida. Para isso, consideram importante que os filhos frequentem a escola para que por meio dos estudos conquistem melhores oportunidades de emprego.

Sobre o aspecto matrimonial, as famílias valorizam a realização do casamento na igreja e não aprovam a união de jovens somente como “ajuntamento”. Ou seja, os jovens passam a viver juntos, porém não se casam na igreja nem se casam no civil. Os entrevistados não veem problema na união de jovens do assentamento com outro jovem de outro assentamento ou cidade para realização do casamento e afirmam que o importante é que exista amor entre os integrantes do casal.

A casa é dividida, de acordo com os compartimentos, da seguinte forma: sala de visita, sala de jantar, quarto, cozinha, banheiro, alpendre (em alguns casos). Todos os compartimentos são bem cuidados, arrumados e limpos. O quarto do casal geralmente é o maior quarto da casa, a esposa se preocupa em mantê-lo bem arrumado e, caso não esteja, se recusa a mostrá-lo à visita. É como se o quarto desarrumado revelasse algo de secreto aos visitantes.

A cozinha é outro ambiente bastante valorizado na casa, funciona como espelho da residência, pois é esse local que explica, de certo modo, as condições de vida daquela família. Algumas cozinhas possuem fogão a lenha e outro industrializado. As famílias gostam de preparar determinadas comidas no fogão à lenha (ver Figura 21), pois afirmam que o alimento ficará mais bem cozido e será mais gostoso.

Figura 21 – Fogão à lenha



Fonte: CASTRO, 2009.

O sentimento de amor e cuidado pela casa é externado a todo o assentamento. Neste sentido, este sentimento de amor pela terra explica o quanto se sentem pertencentes a esta terra. Daí a preocupação de cuidar dessa terra para que seja símbolo de segurança e bem-estar. Os assentados foram interrogados sobre se seriam capazes de trocar a terra do Tiracanga por uma viagem para uma cidade distante três dias e que, nessa cidade, não existisse nenhuma pessoa conhecida e não se soubesse onde iria dormir ou morar. Todos responderam que não deixariam sua terra.

Os entrevistados demonstraram, durante a realização das entrevistas semiestruturadas, que expressam afetividade pela terra, porém esse fato não os impediu de apontarem alguns pontos negativos como: falta do posto de saúde, falta de uma maior assistência por parte do INCRA e da prefeitura, falta de emprego para os filhos, falta de projetos que os ajudassem no desenvolvimento das atividades da agricultura e pecuária.

Contudo, apesar dos problemas enfrentados pela comunidade, ainda existe motivo suficiente para associar ao Tiracanga a ideia de lugar “prometido”, ou seja, um lugar que inspira segurança e bem-estar.

Bachelard (1979) ressalta que o espaço está presente em forma de poesia em diferentes lugares, tais como: a sala de um apartamento e/ou casa, até mesmo no sótão e/ou no porão de uma casa antiga. O autor salienta que vários dos “cantos” de nossa vida possuem inúmeros significados, principalmente no interior destes lugares (cantos), que possui um significado cada vez mais “sombrio”. Por exemplo, um lugar sombrio pode ser representado por um acontecimento triste de um fato que ocorreu e deixou marcas tristes tanto no aspecto concreto quanto no abstrato, ou seja, no imaginário das pessoas do lugar.

No assentamento, o fato que mais foi relatado pelos entrevistados e que trouxe lembranças negativas foi o caso da morte do filho da assentada Antonieta devido a um acidente de moto.

Dentre os planos relatados para o futuro dos assentados, vale ressaltar o que respondeu Francisco Cleilson Ferreira Pereira: “Consegui vencer, mas sem sair do assentamento”. Desse modo, sua resposta revela o sentido de pertença ao assentamento. O assentado sente a necessidade de melhorar de vida, porém deseja que essa melhoria ocorra no próprio assentamento e que não seja necessário deixar a terra para se deslocar a outro local.

Francisco Valclécio Santana da Silva foi outro jovem que, ao responder a entrevista, também indicou, em sua resposta, sentimento de pertença a terra quando afirmou que gostaria de: “[...] estudar e conseguir um trabalho coerente com a realidade vivida no assentamento”.

Constituem também planos para o futuro apontados pelos demais entrevistados: permanecer no assentamento trabalhando; reconhecer e valorizar o grupo de jovens; cursar uma faculdade; morar em Canindé; melhorar as condições de vida; conseguir emprego para os filhos; ver o prefeito cumprindo as promessas de campanha; reformar a casa-sede; viver mais; conseguir recursos para que o assentamento possa progredir; fazer concurso público.

Quando solicitados a apontar um canto que não gostariam de mostrar a uma pessoa visitante, a maioria afirmou que não existe local no Tiracanga que não poderia ser mostrado. Isso revela o quanto os moradores consideram importante cada canto da terra em que vivem.

Quando foram solicitados a indicar cantos do Tiracanga que gostariam que o visitante conhecesse, não hesitaram em responder. Com muita satisfação, destacaram os seguintes cantos: parcelas na beira do rio, água encanada, plantações, açude, queda d’água na serra das Minas, poço profundo, os sítios (plantações de frutas e verduras como: mamão, acerola, banana, pimentão, cebola, maracujá (ver Figura 22); casa dos filhos, a própria casa dos assentados, colégio, plantações de algodão orgânico.

Figura 22 – Plantas frutíferas



Fonte: CASTRO, 2009.

No assentamento Tiracanga Logradouro, percebeu-se que estes cantos podem ser interpretados como locais de união dos assentados.

Em suma, entende-se que a construção da identidade em cada um destes lugares ajuda os assentados a criar vínculos com o lugar. Dessa forma, esse processo revela o sentimento de pertencimento a terra e, além disso, contribui para tornar a vida dos moradores mais feliz numa terra que possui inúmeros significados para cada um destes assentados.

6 CONCLUSÃO

A realização da presente pesquisa permitiu conhecer o cotidiano do assentamento Tiracanga Logradouro e, a partir daí, entender de que forma é construída a relação de identidade e sentimento de pertença a esta terra.

Qual a relação entre o sentido de lugar expresso pelo sentimento de pertencimento ao assentamento Tiracanga Logradouro e as experiências vivenciadas no cotidiano, bem como as manifestações da cultura no mundo vivido? Este foi o questionamento que instigou o desenvolvimento da pesquisa e que motivou a busca por características que marcassem de maneira significativa a vida das famílias do assentamento.

Nessa perspectiva, visando a compreender o sentimento de pertencimento a terra do Tiracanga Logradouro, questão determinante para desenvolvimento da pesquisa, foi necessário entender o contexto no qual este estudo de caso estava inserido.

Neste sentido, tornou-se imprescindível fazer a caracterização do ambiente semiárido brasileiro, nordestino, cearense e do município de Canindé, onde se localiza a área da pesquisa a fim de entender o socioambiente do assentamento.

Percebeu-se que os assentados acreditam que é possível conviver com a realidade do semiárido. Constatou-se a importância da atuação das organizações não governamentais no assentamento Tiracanga Logradouro quando, a partir de pequenas ações, mudou consideravelmente a realidade da comunidade.

Observou-se que os assentados tinham o desejo de mudar, no entanto não sabiam como. No entanto, por meio de cursos de capacitação desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR), obtiveram resultados positivos.

Neste sentido, vale destacar o uso de práticas simples, tais como: a não utilização do trator em suas atividades agrícolas para não degradar o solo; a utilização do banco de sementes, a fim de que não se tornassem usuários de sementes geneticamente modificadas; e o não uso de agrotóxicos.

Ressalta-se que estas atitudes são acompanhadas por um processo de politização junto aos jovens e demais moradores do assentamento: discussões no grupo de jovens; reuniões desenvolvidas pelas associações rurais do assentamento; e realização de cursos de capacitação pelas organizações não governamentais, em que se procura ensinar práticas de convívio com a seca e mostrar que é possível melhorar as condições de vida nesse ambiente.

Este estudo mostrou que – com práticas efetivas e melhorias consideráveis na forma de desenvolver a produção e de trabalhar com as dificuldades geradas pelo ambiente semiárido, pelo bioma caatinga e pelo solo, que, em sua grande maioria, caracterizam-se por solos rasos que não permite o plantio de determinadas culturas que exploram o solo de forma excessiva – é possível conviver com a realidade do semiárido.

No assentamento pesquisado, a produção é baseada na agricultura de subsistência e na pecuária, sendo muito difícil ocorrer excedente da produção. Porém, quando ocorre, é comercializado na sede do município de Canindé.

Contudo, observou-se também, durante o trabalho de campo, que alguns assentados ainda permanecem empregando práticas rudimentares para desenvolverem a atividade da agricultura, como, por exemplo, a utilização das queimadas para realizar o plantio. Esse procedimento realizado indica que será necessário que o trabalho de conscientização seja realizado de forma sistemática, a fim de melhorar a condição de vida de todo o assentamento, não sendo apenas uma ação isolada.

O semiárido nordestino apresenta problemas tanto do ponto de vista ambiental quanto no político, econômico e social. Esta pesquisa não se propôs a analisar de forma aprofundada estes problemas, mas apenas foi interesse deste estudo examinar, de maneira pontual, algumas questões que perpassam o atual quadro social do país e que se refletem, de forma direta ou indireta, no cotidiano da comunidade estudada.

Desse modo, também se verificou nesta investigação – após análise dos dados fornecidos por órgãos oficiais do Governo, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – um cenário de dificuldades traduzido por alto índice de concentração de terra, com destaque para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, em que a política de distribuição de terras tem sido realizada de forma injusta.

Nesse contexto, percebe-se que, no município de Canindé, foco deste estudo, mesmo sendo a cidade brasileira que possui maior quantidade de assentamentos rurais criados, com destaque, principalmente, para os federais, segundo o INCRA (2009), ainda se verifica o problema da persistente concentração fundiária.

Analisaram-se também, neste trabalho, como foram construídos os múltiplos territórios do Tiracanga Logradouro e de que forma os assentados expressavam o sentimento de pertencimento a esta terra.

Desse modo, segundo os moradores dessa área, o assentamento como um todo representa um local que expressa afetividade. Isso indica o sentimento de pertencimento a

terra. Mas, quando foram solicitados para apontarem os locais que simbolizam com maior força essa afetividade, indicaram principalmente a nascente do rio (olho d'água), o açude e a casa sede.

Esses locais representam lugares de identidade. Este processo de construção da identidade do assentamento, conforme foi detectado, não ocorre de forma espontânea e imediata. A identidade é construída a partir das vitórias, das derrotas, das perdas e das conquistas que vão ocorrendo no assentamento.

Vale salientar que a existência de duas associações rurais no assentamento, embora, a princípio, poderia indicar disputas pelo controle da organização desse espaço. No entanto observou-se que ambas possuem objetivos comuns para proporcionar melhorias para a comunidade, como, por exemplo: formar os jovens para serem as novas lideranças do assentamento.

Verificou-se, ainda, que alguns jovens manifestaram desejo de sair do assentamento. Alguns afirmaram que gostariam de ir para outra cidade, como Fortaleza, ou outro estado, como São Paulo, com a finalidade de estudar, casar ou melhorar as condições de vida mediante conquista de emprego.

Entretanto, observou-se, ao mesmo tempo, um desejo expresso pela maioria dos jovens de realizar algo diferente para fazer o assentamento Tiracanga Logradouro ser conhecido, seja pela utilização de novas práticas agrícolas, seja pela realização de atividades culturais por intermédio de apresentações teatrais, quadrilhas e outras manifestações que possam mostrar como a comunidade vivencia seu cotidiano.

Em suma, a partir do desenvolvimento dessas atividades e de outras estratégias, os assentados buscam mostrar a importância de lutar pelo desenvolvimento do assentamento. Enfim, entende-se que, nessa luta por melhorias, é construída a identidade coletiva. Esse processo contribui para criar vínculo com a terra. Assim, a partir do momento em que acreditam ser possível viver com dignidade nesse lugar, expressam um profundo sentimento de pertença.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

AMÂNCIO, Robson. **Participação de trabalhadores rurais em assentamentos de reforma agrária: o caso da fazenda Vereda Grande-MG**. Lavras, MG: Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes; SOUSA, Jose Ribamar Furtado. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará; miséria ou prosperidade? O caso Santana**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-CE**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Nizomar Falcão. **Fragmentando o território: bases para o desenvolvimento do semiárido do Ceará**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007. 453 p.

COUTINHO, Elane Maria Castro; CAMPOS, Robério Telmo. **Reforma agrária, sustentabilidade e território: há territorialidade no assentamento Grossos no Ceará?** Fortaleza, 2004. 95f

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. São Paulo, **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 11, 1º trim. 2000.

CORETH, Emerich. **Questões fundamentais de hermenêutica**. Tradução de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EPU; USP, 1973.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1986.

ELIAS, Denise. Integração Competitiva do Semiárido. In: _____; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – estudo de caso no assentamento Santa Bárbara**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: < <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arquivos%20disciplinas/>>. Acessado em: 10 ago. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberdo Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: FGV; IBRE; CPS, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2007.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal. 2006.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília; São Paulo: IICA; Nead; UESP, 2004.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: BNB, 1994.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha; UECE, 2001.

MDA/ NRI/CETRA/ UFC/ LEAT/ PRODEMA. **Acesso a terra e desenvolvimento territorial** – MDA/SDT assentamentos em foco nos Sertões de Canindé. Fortaleza: UFC, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MENDONÇA, Cláudio. Raízes históricas da questão da terra no Brasil. **UOL Educação**. Geografia: dossiê. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u47.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156 p.

OLIVEIRA, Vlândia Pinto de; SILVA, Marcos Vinícios Chagas da; BRITO, Érika Gomes. Sensoriamento remoto e geoprocessamento como subsídio para o estudo de sistemas ambientais e evidências de degradação/desertificação em Canindé – Ceará. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO, 2., 2004, Aracaju. **Anais...** Aracaju: 2004.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho; FREIRE, Edwilson Soares. Circoestesia da festa de Nossa Senhora da Bica e os códigos sociais da comunidade. In: MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Antropologia das coisas do povo**. São Paulo: Roca, 2005. p. 49-62.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPAIO, Jose Levi Furtado et al. Análise da estrutura fundiária do território do sertão central. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57., 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2005.

SANTOS, Milton. Por um modelo brasileiro de modernidade. **Jornal da Ciência**, JC e-mail 1648, de 17 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.fsc.ufsc.br/~marilena/milton.html>>. Acesso em: 3 fev. 2008.

SARTRE, Jean- Paul. **O existencialismo é um humanismo**: a imaginação – questão de método. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no brasil**. Disponível em: <<http://publique.rdc.pucrio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcos José Nogueira de et al. **Condições geoambientais do semiárido brasileiro**. Notas e comunicações de Geografia. Recife, Série B: Textos Didáticos, n. 15, 1996.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Contribuindo ao estudo das unidades morfoestruturais do estado do Ceará. **Revista de Geologia**, Fortaleza, 1988.

SOUZA, Maria Antonia de. **A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados**. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/souza.rtf>>. Acesso em: 1 fev. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio.; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01-02, p. 99-116, 2004. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=1>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

TEÓFILO, Edson; SANTOS, Manoel José dos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. **A necessidade de uma reforma agrária ampla e participativa para o Brasil**. Brasília, DF: Abaré; NEAD, 2002.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Difel, 1980.

_____; OLIVEIRA, Livia de. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

Pesquisador(a): Maria Elizabeth de Castro

QUESTIONÁRIO

Escala de atitudes e valores

1) Identificação do entrevistado

Nome:

Solteiro ou casado:

Idade:

**2) Se V. já ouviu falar de “Terra prometida”, responda: Tiracanga é, para V. , a
Terra prometida?**

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

3) Ter uma terra com os documentos (papéis) da propriedade é importante para V.?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

4) Um homem pode ser muito rico sem ter terra?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

5) Um homem que tem muita terra é rico?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

6) V. trocaria sua terra aqui em Tiracanga por uma viagem para uma cidade distante 5 dias daqui, em que V. não conhecesse ninguém, não soubesse onde iria dormir ou morar?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

7) V. apostaria sua terra em Tiracanga num jogo de cartas como o biriba ou o pôquer?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

8) V. se sente seguro morando na sua terra?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

9) V. gostaria de viver de outra coisa que não fosse a pecuária e a agricultura?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

10) V. trocaria uma geladeira por um som bem novinho?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei [].

11) V. trocaria duas ovelhas boas por uma televisão nova?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

12) V. trocaria uma bolsa de estudo numa boa escola em Canindé por um trabalho como avulso numa pedreira?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei []

13) Se V. tivesse um trator, V. usaria esse trator para levar sua família a um festejo na cidade?

Não [].

Mais ou menos [].

Sim [].

Não sei [].

Perguntas de respostas livres

14) Quais os cantos daqui de Tiracanga que V. gostaria que eu visse?

15) Quais os cantos daqui de Tiracanga que V. gostaria que eu não visse?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

Pesquisador(a): Maria Elizabeth de Castro

Entrevista semiestruturada

Entrevistado:

1. Nome das associações de moradores.
2. Há quantos anos foi formada, quantos membros existe, qual a função de cada um dos membros?
3. Os membros são escolhidos pela comunidade?
4. Quais as lideranças político-partidárias de Canindé?
5. Quais os políticos que mantêm relações com o assentamento?
6. Quem foram os antigos moradores e quem são os novos moradores (colonos do lugar)?
7. Os moradores pertencem a quais igrejas?
8. Existe intolerância religiosa no assentamento?
9. Qual o domínio (atuação) do Incra no assentamento?
10. Quais outras agências governamentais atuam e como são formadas suas equipes (técnicos, assistente social, etc.)
11. Quais os tipos de moradias?

12. Quais os festejos, comemorações realizadas?
13. Quais os tipos de comidas? Faz farinhada de forma coletiva ou outro tipo de comida?
14. Comente sobre as lutas pela posse do assentamento.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

Pesquisador(a): Maria Elizabeth de Castro

Entrevista semiestruturada

Entrevistado:

1. Qual o papel das associações? O que fazem as associações no Tiracanga Logradouro?
2. Na sua opinião, o trabalho das associações no assentamento é desenvolvido de forma:

(☐) Satisfatória (☐) Pouco satisfatória (☐) Não satisfatória (☐) Não sabe/ não quer responder
3. Você gostaria de participar como membro(a) da associação?
(☐) Sim (☐) Talvez (☐) Não
4. Qual a cidade de origem? Quais as formas de lazer e recreação?
5. Comente sobre os casamentos, como se comportam os familiares sobre esta questão?
6. Você pode comentar sobre alguma história de amor, sofrimento, medos, ódios, conflitos... Expresse o que cada uma dessas palavras lhe faz lembrar. [é importante para o registro da memória do assentamento].
7. Quais os planos para o futuro?
8. Qual a esperança que você tem?
9. Qual seu canto em Tiracanga Logradouro? Descreva principais características.

